



Projeto Educativo 2026-2029

Aprovado em Conselho Geral de 22 de julho de 2026

PROJETO EDUCATIVO

2026–2029

«UNIR, ENVOLVER E AJUDAR A CONSTRUIR FUTUROS»

(Jorge Lemos, *Projeto de Intervenção*, abril de 2021)

«O modo como pensamos a Escola define as suas possibilidades de futuro»

António Nóvoa¹

¹ António Nóvoa, *Viagem*, Porto, Porto Editora, 2026, p. 13 (adaptado).



ÍNDICE

I.	Introdução.....	4
II.	A nossa Visão	9
III.	A nossa Missão.....	10
IV.	Caracterização e Diagnóstico	11
1.	O Meio – contexto geográfico e sociodemográfico.....	11
2.	O Agrupamento.....	12
	Pontos fortes e áreas de melhoria prioritárias.....	28
V.	Dimensões e objetivos do PE	33
VI.	Opções Estruturantes de Natureza Curricular	63
VII.	Instrumentos de Operacionalização do Projeto Educativo	64
VIII.	Divulgação, acompanhamento e avaliação do Projeto Educativo	67
1.	Divulgação	67
2.	Acompanhamento e Avaliação	67
IX.	Bibliografia	69
X.	Anexos.....	71
1.	Anexo A	71
	Organização Pedagógica do Agrupamento.....	71
2.	Anexo B	81
	AELC: o patrono do Agrupamento	81



I. INTRODUÇÃO

Sedução Azul

*Quando tudo parece sitiar o coração
Há barcos que passam sobre o vigor
Da voz a resgatar aqueles
Que soçobraram nos sonhos.*

*E os barcos fazem-se pássaros de fuga
Abrindo o espaço à sedução azul.*

*É de pura maresia o ar que se respira
Como se houvesse um sopro cristalino
A roçar a amarração de âncoras libertadas.*

Graça Pires²

² Graça Pires, «Sedução Azul», em *O Improviso de Viver*, p. 43.



Sendo um momento privilegiado de balanço, a elaboração ou a revisão de um Projeto Educativo (PE) é uma das grandes oportunidades para (re)pensar a Escola. Neste caso, a Escola Pública, a «maior invenção do mundo»³. A Escola que é, a Escola que foi e a Escola que a comunidade educativa, sobretudo os alunos, e os caminhos do futuro precisam que seja. O processo constitui-se, de facto, como uma viagem, uma viagem coletiva, preenchida de história, de memória, de identidade e de presente, em busca de futuros⁴.

No Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, estamos a encetar esta viagem pela quarta vez. Com o balanço realizado e o diagnóstico feito⁵ e com a mesma sede de sempre de sonhar, de acreditar e de fazer, na tentativa de acolher e dar voz a todos os que confiam no Agrupamento para aprender e para crescer. Quer isto dizer que as respostas educativas sugeridas por este PE terão de conseguir abraçar todos os alunos, na sua imensa diversidade geográfica, cultural e pessoal, tendo sempre presente que a Escola continua a ser um dos maiores elevadores sociais, uma arma pela inclusão plena de todos, contra o determinismo social, contra as desigualdades e contra a pobreza. O lema unificador de todos os PE anteriores a este (desde 2013), «Unir, envolver e ajudar a construir futuros»⁶, continua, assim, a fazer todo o sentido neste novo ciclo.

Uma viagem que acontece em tempos de crises, em tempos de conflitos, em tempos de desigualdades gritantes, de excessos, de agitação, de mudanças constantes e de grandes incertezas. Em tempos de cansaço, de desalento, de solidão e de descrença. Tempos subjugados ao poder financeiro e ao poder das inovações tecnológicas, entre as quais se destaca a endeusada Inteligência Artificial (IA), que, paulatinamente, como refere o Papa Leão XIV, na encíclica *Magnifica Humanitas*, «deixou de ser um simples conjunto de ferramentas para se transformar num ambiente mental, cultural e espiritual – o ar que respiramos, o código que estrutura a nossa forma de pensar e de crer»⁷, fazendo, com o seu pensamento e as suas palavras, um apelo à atenção do mundo para uma série de profundas e perturbadoras interrogações sobre as consequências desta presença desregulada e omnipresente na vida pessoal e profissional de todos nós, sobretudo dos que se movem em sociedades ditas desenvolvidas.

³ Darcy Ribeiro, citado de cor.

⁴ Escolhemos o plural de futuro, porque, de acordo com o Relatório *Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação*, publicado em novembro de 2021, pela Organização das Nações Unidas (Unesco), existem múltiplos cenários de futuros possíveis para a Educação no século XXI.

⁵ O diagnóstico que sustenta os princípios e as orientações do PE para 2026-2029 realizou-se através da escuta da alma do Agrupamento, dialogando com professores, assistentes operacionais, assistentes técnicos, alunos e membros da comunidade educativa. A ancorou-se, também, nos resultados do processo de autoavaliação do Agrupamento realizado no ano letivo transato (em 2024-2025), através do modelo CAF (*Common Assessment Framework*) para a Educação (o relatório final pode ser consultado em <https://aelc.pt/>), nos anteriores PE do Agrupamento, nos relatórios de avaliação dos PAA implementados na vigência do PE ainda em vigor. Nas diretrizes dos vários documentos estruturantes da ação educativa, entre os quais se destacam a recentemente publicada *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2025-2030* (ENED 2025-2030), o relatório *Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação*, publicado em novembro de 2021, pela Organização das Nações Unidas (Unesco), o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e As Aprendizagens Essenciais*.

⁶ Lema das *Cartas de Missão do Diretor do Agrupamento* desde 2013.

⁷ Leo P.P. XIV, *Magnifica Humanitas*, Carta Encíclica, Prior Velho, Paulinas Editora, 2026, pp. 5-6.



Interrogações que o Papa Leão XIV estendeu naturalmente ao domínio da Educação e do Ensino e que se vêm juntar a tantas outras que se colocam, nos últimos tempos, à instituição Escola, sobretudo à instituição Escola Pública, que, espelhando a crise e as exigências da sociedade em que está inserida, vive, igualmente, tempos complexos e muito difíceis, havendo até os que ousam vaticinar o final da Escola, propondo a sua substituição por centros *online*, sem professores e com tutores de aprendizagem. Como se fosse possível o ensino e aprendizagem acontecer completamente à distância, sem relação pedagógica olhos nos olhos e mãos nas mãos.

À parte estes «discursos delirantes e perigosos», como os classificou o professor António Sampaio da Nóvoa, numa intervenção que fez no Congresso «Educar Transforma», em Matosinhos, no dia 16 de maio de 2026, a verdade é que todos os diagnósticos realizados mostram que a Escola, nomeadamente, a Escola Pública, a que acolhe uma comunidade escolar de grande heterogeneidade cultural, social, emocional e física, precisa, de facto, de se transformar e de ser transformadora, para conseguir responder a estes e a outros desafios colocados pelas sociedades atuais.

Entre esses desafios, como se percebe pelo que foi anteriormente dito, está o desafio da necessidade de se encontrar o equilíbrio na relação com as novas tecnologias e com o mundo digital, designadamente com a Inteligência Artificial, cujos perigos, como refere o Papa Leão XIV, podem atacar a dignidade e a evolução humanas, mas cuja realidade e potencialidades o mundo e a Escola não podem nem devem ignorar. Muito pelo contrário, a Escola tem o dever de ensinar os alunos a utilizar de modo supervisionado e eticamente responsável e crítico as ferramentas digitais, pois o mundo não volta atrás e o conhecimento é a maior arma contra a submissão cega e perigosa dos seres humanos às máquinas, ou, como diz a escritora Lídia Jorge, contra «a robotização do pensamento»⁸.

Em conexão com o que foi dito no parágrafo anterior está a necessidade de a Escola ensinar e fazer aprender para a imprevisibilidade e para a mudança constantes, pois, a experiência diz-nos que os avanços tecnológicos continuarão decerto a acontecer a uma velocidade vertiginosa e que o conhecimento de hoje será necessariamente reconfigurado à luz das descobertas de amanhã, os cursos de hoje não serão os cursos de amanhã e o mesmo acontecerá com muitas das profissões, o que exigirá às novas gerações uma capacidade de adaptação excecional à incerteza, uma reconfiguração permanente das suas profissões e dos seus caminhos de vida. Aliás, esta começa a ser a realidade dos nossos dias, como, por exemplo, o professor António Nóvoa reitera frequentemente nos seus discursos e Edgar Morin apresenta, na obra *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*⁹, como um dos sete princípios necessários à educação do futuro.

Outro dos desafios fulcrais da Escola e deste PE é o de encontrar estratégias de estímulo da curiosidade e do pensamento crítico, pois é a curiosidade que levará os alunos à busca e seleção de informação fidedigna, procurando fontes e perspetivas diversas que validem os factos oferecidos pela

⁸ Citado de cor. A escritora utilizou esta expressão em várias conferências e entrevistas.

⁹ A obra *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro* foi publicada pela primeira vez em 1999, pela Unesco, tendo, depois, sido reiteradamente republicada, em Portugal, pelo Instituto Piaget. A última edição é de 2026.



comunicação superabundante e fragmentada a que têm acesso através dos meios digitais, e é o espírito crítico que os encaminhará para o questionamento e para a avaliação da informação e dos conhecimentos veiculados, bem como dos seus próprios valores, dos seus preconceitos e das suas crenças. São, aliás, estas as faculdades que predispõem os alunos para o tempo lento, aquele que ativa os mecanismos do pensamento que permitem a criatividade e a realização de aprendizagens significativas. Já o historiador romano, Tácito, dizia: «A verdade consolida-se com a investigação e a demora; a falsidade com a pressa e a incerteza»¹⁰.

Simultaneamente, é verdadeiramente primordial potenciar o desenvolvimento das competências nucleares de expressão e de comunicação dos alunos, sobretudo em língua materna, mas, também, em línguas estrangeiras, nas várias modalidades previstas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e nas *Aprendizagens Essenciais do Português* e das *Línguas Estrangeiras*, pois são as competências de expressão e de comunicação que permitirão aos alunos ter acesso à reflexão e ao pensamento profundo, crítico e criativo de que falámos no parágrafo anterior, e, consequentemente, ao conhecimento e à compreensão do mundo e dos outros, nas suas complexidades, idiossincrasias e desafios. De facto, as capacidades humanas de falar, ler e escrever não são apenas ferramentas de comunicação, mas, sim, capacidades basilares, alicerces que impulsionam e sustentam o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento de todas as outras competências, permitindo aos seres humanos aceder a aprendizagens pessoais e profissionais fundamentais para a vivência nas sociedades atuais e futuras, fascinadas e dominadas pela tecnologia e pelo digital.

Por último – a locução adverbial tem a ver apenas com a sequencialidade do discurso, pois os desafios apresentados são transversais –, coloca-se à Escola e a este PE o desafio de escancarar as portas ao sonho, à utopia e à esperança, favorecendo uma dinâmica de Escola centrada na empatia e na busca do Bem Comum, ou seja, centrada na contribuição que as ações que fazemos terão para os que nos rodeiam, para nós próprios e para o planeta. Porque, na verdade, é na esperança, no sonho e na utopia que tudo começa. António Sampaio da Nóvoa diz até que «talvez a educação seja a nossa última Utopia»¹¹. Na realidade, estes conceitos contribuem para fazer espoletar a motivação transcendente, aquela que dá direção e propósito ao caminho e às aprendizagens e que nos faz persistir, continuamente, como Sísifo¹².

Os desafios enumerados exigem um exercício de adaptação da Escola e uma reconfiguração dos ambientes de ensino e aprendizagem, facto que não é novo, tendo a Escola, designadamente o Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, percorrido muito caminho na criação de ambientes escolares mais de acordo com as sociedades em que estamos inseridos e com a heterogeneidade de alunos que recebemos. Este Projeto Educativo, obviamente, será, mais uma vez, o suporte deste caminho, promovendo momentos de reflexão e

¹⁰ *Apud*, Irene Vallejo, *Manifesto pela Leitura*, Lisboa, Bertrand Editora, 2026, p. 51.

¹¹ António Nóvoa, *Viagem por Escolas de Portugal*, Porto, Porto Editora, 2026, p. 211.

¹² Sísifo é uma figura mitológica que, por ter ousado desafiar os deuses, é condenado a empurrar uma pedra gigantesca até ao topo de uma montanha e, sempre que está prestes a alcançar o seu objetivo, a pedra rola pela encosta abaixo. Mas Sísifo nunca desiste de empurrar a pedra, representando a persistência e os recomeços.



de partilha, como os que acontecem no âmbito das Jornadas Pedagógicas do Agrupamento realizadas no início dos anos letivos, e apoiando os processos de formação contínua e inicial dos professores e, também, dos assistentes operacionais e técnicos.

Este será, portanto, e a exemplo do que aconteceu nos ciclos anteriores, um caminho coletivo, feito com toda a comunidade educativa, em cooperação efetiva e feliz. Porque as soluções para a transformação da Escola encontram-se, sobretudo, dentro da própria Escola e na sua comunidade educativa, constituída por aqueles que a sentem, a vivem, a apoiam e a sustentam. Neste caminho, continuaremos a persistir na defesa da abertura das salas de aula a outros espaços e a outros atores, dentro e fora do recinto escolar, estabelecendo redes de cooperação com outras instituições culturais e científicas, de modo a transformá-las em espaços de convivialidade, de partilha e de inter e pluridisciplinaridade. Espaços em que se avança trabalhando em conjunto e em harmonia, privilegiando as metodologias ativas e valorizando o saber científico, pedagógico e didático dos professores, bem como as suas experiências, na senda do que defende o Relatório *Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação*, publicado em novembro de 2021, pela Organização das Nações Unidas (Unesco). Privilegiando, também, o Saber, o saber multifacetado (científico, filosófico, desportivo, empírico, etc.) e as várias formas de Arte, da Escultura à Arquitetura, ao Desenho, à Poesia e à Literatura, de uma forma geral.

Acreditamos que a comunidade educativa está pronta para abraçar esta nova viagem. Somos muitos, seis escolas, cerca de 3600 alunos, aproximadamente 300 professores e 120 funcionários, numa comunidade educativa, cujos membros reconhecem o papel diferenciador da Escola na vida das suas crianças e dos seus jovens. Somos muitos a remar, com propósito, na mesma direção e a «respirar a pura maresia e a fazer avançar o barco para a sedução azul»¹³, mesmo que, por vezes, o mar esteja revoltado, vire o barco e tenhamos de recomeçar. Continuamente.

¹³ Versos (adaptados) do poema de Graça Pires, «Sedução Azul», em *O Improviso de Viver*, p. 43.



II. A NOSSA VISÃO

O Agrupamento deve constituir-se como um espaço promotor de aprendizagens que favoreçam a competência, estimulem a curiosidade e o sentido crítico, valorizem a diferença, o mérito e o saber e conduzam a formas de participação na escola e na sociedade, democráticas, ativas e responsáveis, promotoras de um desenvolvimento sustentável.



III. A NOSSA MISSÃO

Prestar um Ensino de qualidade, norteado por valores éticos de equidade, empatia, solidariedade e respeito pelo outro, promovendo o sucesso escolar e assumindo o compromisso com a formação integral dos alunos, de modo a garantir-lhes condições para a prossecução dos estudos, a integração plena na vida ativa e a vivência de uma cidadania responsável e atuante.



IV. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

1. O MEIO – CONTEXTO GEOGRÁFICO E SOCIODEMOGRÁFICO

Na caracterização do contexto geográfico e sociodemográfico, utilizaram-se os dados dos Censos de 2021, disponíveis em https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

O Agrupamento de Escolas Leal da Câmara localiza-se na Freguesia de Rio de Mouro, no concelho de Sintra.

Inscrita na Área Metropolitana de Lisboa, a freguesia de Rio de Mouro apresenta limitações equivalentes às dos restantes dormitórios que circundam a cidade de Lisboa. Porém, ao longo dos anos, assistiu-se a uma transformação positiva em muitos dos espaços urbanos. Várias zonas foram ordenadas e requalificadas, e algumas outras evoluíram como zonas residenciais de notória qualidade.

Mais recentemente, tem-se assistido a uma deslocação de parte da população mais favorecida para outros concelhos. Ainda assim, Rio de Mouro mantém-se como zona suburbana bastante estável e consolidada, circunstância esta que importa valorizar.

Neste contexto bastante heterogéneo, a escola pública tem uma função integradora muito importante. O seu contributo para o desenvolvimento do sentido de pertença a uma comunidade e para a construção de referências sociais positivas, a partir do confronto de diferentes expectativas, apoia e promove um desenvolvimento local mais sustentado e harmonioso. Ao contextualizar o processo educativo, e sabendo tirar partido da diversidade social e cultural que a compõe, a escola pública aliará à função educativa esta outra função maior.

De acordo com os Censos de 2021, o concelho de Sintra, com 385 694 habitantes, é o segundo mais populoso do país, tendo crescido em termos demográficos 2,1%, entre 2011 e 2021. Por sua vez, a freguesia de Rio de Mouro é a segunda freguesia do concelho com mais população, com 49 493 habitantes, tendo tido um crescimento de 4,6% relativamente aos Censos de 2011.

A estrutura etária da freguesia apresenta uma grande proporção de população jovem, em parte devido a um crescimento natural positivo e a uma imigração que chegou a ser muito significativa na primeira década do século XXI, embora se tenha verificado um envelhecimento entre 2011 e 2021 (Censos 2021).

Relativamente às qualificações, a população residente em Rio de Mouro melhorou expressivamente os seus níveis de qualificação académica relativamente a 2011, tendo aumentado significativamente o número de indivíduos que possui ensino secundário ou ensino superior e diminuído os que possuem escolarizações mais baixas, de acordo com os Censos 2021.

Contudo, existem ainda 6657 indivíduos sem qualquer escolarização e 6665 com apenas o 1.º ciclo.

Na freguesia de Rio de Mouro dominam as famílias de reduzida dimensão. A grande maioria dos agregados familiares é constituída por menos de quatro elementos. Ainda de acordo com os Censos 2021, os agregados de menor dimensão aumentaram relativamente a 2011.



2. O AGRUPAMENTO

2.1 Caracterização do agrupamento

O serviço letivo prestado pelo AELC desenvolve-se da educação pré-escolar ao ensino secundário, em seis estabelecimentos: EB n.º 1 de Rio Mouro, EB n.º 2 de Rio Mouro, EB n.º 2 da Rinchoa, EB n.º 2 da Serra das Minas, Escola Básica Padre Alberto Neto (EBPAN) e Escola Secundária Leal da Câmara (ESLC), sendo esta última a escola-sede do Agrupamento. Cada uma das unidades dista entre 0,2 km a 2,0 km da escola-sede, pelo que se verifica uma aceitável proximidade geográfica.

Dentro dos Recursos Organizacionais do Agrupamento, a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) exerce as suas funções com o intuito de ajudar na implementação das respostas mais adequadas ao perfil de cada aluno, acompanhando também o funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA).

O AELC é Escola de Referência no Domínio da Visão (ERDV), encontrando-se, ainda, sediado na EBPAN, o Centro de Recursos TIC para a Educação Especial de Sintra (CRTIC Sintra), cuja área de abrangência integra os concelhos de Sintra, Cascais, Oeiras e Mafra.

O AELC tem focado os seus esforços na construção de uma matriz identitária forte e coesa e de uma cultura organizacional própria, que tem vindo a ser enriquecida pelas dinâmicas entretanto geradas em resposta às novas necessidades de um serviço educativo que se pretende manter de qualidade.

A maioria dos dados a seguir apresentados reportam ao período 2022-2025 e tomam como referência os dados fornecidos pelas plataformas E-360, Inovar e Infoescolas, os documentos emanados do Gabinete de Avaliação de Escola (GAE), bem como outros documentos respeitantes à organização e gestão internas.

2.2. Oferta educativa e formativa

O Agrupamento organiza a sua oferta educativa de acordo com o estabelecido pela rede escolar e em função de um conjunto de critérios próprios. Relativamente ao ensino diurno, o Agrupamento considera, entre outros aspetos:

- o número de turmas a constituir, face à capacidade das escolas;
- a disponibilidade de laboratórios e de outras instalações específicas;
- a necessidade de diversificação dos percursos formativos nos ensinos básico e secundário;
- a necessidade de resposta às expectativas e interesses da comunidade local, em articulação com as escolas do ensino básico da sua área de influência, no que se refere ao ensino secundário, e considerando a oferta formativa dos restantes agrupamentos.

Ao nível do ensino básico, as escolas do Agrupamento têm procurado diversificar a oferta formativa, nomeadamente com disciplinas de oferta de escola.

Do 5.º ano ao 12.º ano são também criadas matrizes curriculares adaptadas ao perfil de cada aluno com Adaptações Curriculares Significativas (ACS), que podem incluir disciplinas com frequência conjunta com a turma de referência e outras com frequência em pequeno grupo, incluindo estágios, a partir dos 15 anos, no âmbito do respetivo Plano Individual de Transição (PIT).



A oferta curricular relativa ao ensino secundário diurno inclui, no âmbito dos cursos científico-humanísticos, Cursos de Artes Visuais, Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades e, no âmbito dos cursos profissionais, Cursos de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores, Técnico de Multimédia, Técnico de Desporto e Técnico de Informação e Animação Turística.

Em relação ao ensino noturno, o Agrupamento estabelece a sua oferta formativa em função das necessidades e expectativas da comunidade local, incluindo a necessidade de resposta ao contrato de parceria que mantém com o Estabelecimento Prisional de Sintra. A oferta curricular integra Cursos de Educação e Formação de Adultos (Nível Básico: Certificação até ao 9.º ano, 1.º, 2.º e 3.º ciclos; Nível Secundário: Certificação do 12.º ano), Português Língua de Acolhimento (PLA) e duas turmas formação modular de Francês, no âmbito do protocolo com o Centro Protocolar de Justiça. Foram ainda constituídas duas turmas de Formações Modulares e duas turmas de cursos EFA-Secundário, no âmbito da parceria com o Estabelecimento Prisional de Sintra, que funcionam no referido estabelecimento.

O Agrupamento disponibiliza aos seus alunos uma vasta oferta educativa extracurricular, assegurada por um conjunto diverso de atividades: de enriquecimento curricular (AEC), organizadas para o 1.º ciclo do ensino básico, e núcleos, projetos, clubes, bem como outras iniciativas destinadas aos diferentes ciclos, no domínio desportivo, cultural, social e artístico. Sublinha-se o facto de a comunidade reconhecer a importante função destas atividades na formação pessoal e social dos alunos, bem como no respetivo processo de integração escolar.

2.3. Recursos de acompanhamento e orientação escolar

Centro de Apoio à Aprendizagem

O AELC possui o Centro de Apoio à Aprendizagem – estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola –, a partir do qual, e em conjunto com os outros serviços de apoio disponibilizados, procura proporcionar formas adequadas de acompanhamento e orientação escolar, promovendo e apoiando a integração dos alunos na vida escolar e na vida pós-escolar. Neste contexto, distinguem-se:

- Serviços Especializados da Educação Especial (ERDV, SEE, Projeto para ACS) e o CRTIC Sintra.
- Estruturas Pedagógicas de Apoio, que integram a Biblioteca Escolar, as Salas de Estudo e o Apoio Pedagógico, projetos e atividades de complemento curricular e extracurricular e o Desporto Escolar;
- O Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA), que integra a Provedoria do Aluno, a Tutoria, a equipa da Ação Social e o Programa de Educação para a Saúde (PES) e o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO).

Bibliotecas

Cada escola do AELC dispõe de uma Biblioteca Escolar (BE), a qual constitui um espaço pedagógico que visa facultar aos alunos e professores e à comunidade escolar o acesso à informação, educação, cultura e lazer, disponibilizando recursos humanos, documentos de diferentes tipos e suportes, equipamentos e um conjunto de serviços e atividades adequadas ao perfil e necessidades dos seus utilizadores.

As BE de todas as escolas do Agrupamento estão integradas na Rede das Bibliotecas Escolares (RBE) e desenvolvem a sua atividade de acordo com as orientações do Programa da RBE e em coerência com o Projeto Educativo e o Plano Anual de Atividades.



Desporto Escolar

O Desporto Escolar (DE) visa a promoção de estilos de vida ativos e saudáveis, constituindo-se como um instrumento de grande utilidade e eficácia no combate ao insucesso e abandono escolares e na promoção da inclusão. O Clube do Desporto Escolar – unidade organizativa que serve de suporte ao desenvolvimento e execução do DE – é uma das áreas de referência do Agrupamento, encontrando-se em funcionamento no ano letivo de 2025/26, 19 grupos-equipa (15 modalidades desportivas). Adicionalmente, no âmbito da atividade interna, são ainda disponibilizadas atividades físicas e desportivas diversificadas e que incluem a comunidade educativa.

Alunos

Número de alunos e de turmas

Em 2025/2026, estavam inscritos no AELC 3580 alunos, incluindo a educação pré-escolar e o ensino noturno, assim distribuídos:

	N.º Alunos
Ed. Pré-Escolar	220
1.º ciclo	784
2.º/3.º ciclo	919
E. Secundário - CCH	982
Cursos Profissionais	359
EFAS, PLA/PFOL e FMI	316
Total	3580

Fonte: INOVAR (30/09/2025)

Em 2025/2026, foram constituídas 152 turmas no total, assim distribuídas:

a. Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo

	ERM1		ERM2		ER2		ESM2		Total	Total
	N.º turmas	N.º alunos	N.º turmas	N.º alunos	N.º turmas	N.º alunos	N.º turmas	N.º alunos	alunos	Turmas
EPE	2	40	2	40	3	60	4	80	220	11
1.º ANO	2	40	2	45	2	40	3	68	193	9
2.º ANO	2	41	2	41	2	41	4	84	207	10
3.º ANO	2	40	1	24	2	45	4	79	188	9
4.º ANO	2	41	1	24	2	41	4	90	196	9
Total	10	202	8	174	11	227	19	401	1004	48

Fonte: INOVAR (30/09/2025)



b. 2.º e 3.º Ciclos

	EBPAN	
	N.º turmas	N.º alunos
5.º ANO	8	194
6.º ANO	9	205
7.º ANO	7	166
8.º ANO	8	189
9.º ANO	7	165
Total	39	919

Fonte: INOVAR (01/10/2025)

c. Secundário, Ensino Profissional e Ensino Noturno

	ESLC	
	N.º turmas	N.º alunos
CCH		
10.º ANO	11	314
11.º ANO	13	355
12.º ANO	11	313
Subtotal	35	982
C. PROFISSIONAIS		
ANO 1	5	133
ANO 2	5	111
ANO 3	5	115
Subtotal	15	359
ENSINO NOTURNO		
EFA Básico	4	90
EFA Secundário	3	77
PLA	4	76
F. Modular - Francês (Est. Prisional Sintra)	2	41
EPS – EFA Sec.	2	32
Subtotal	15	316
Totais	65	1657

Fonte: INOVAR (30/09/2025)

Relativamente ao triénio 2022-2025, o número de turmas variou pouco, assim como o número total de alunos. O aumento do número de alunos por turma tem sido considerado excessivo pelos docentes, em



particular nas turmas com insucesso escolar elevado, ou nos casos em que a dimensão da turma, aliada à exiguidade e falta de condições da sala de aula, potencia as situações de indisciplina. A ocupação das salas de aula a 100% limita algumas das estratégias e atividades que poderiam ser pertinentes no combate ao insucesso escolar.

Certificados de mérito

O agrupamento reconhece todos os anos o mérito dos seus alunos, quer daqueles que revelam atitudes exemplares ou obtêm muito bons resultados escolares, quer dos que produzem trabalhos de superior qualidade ou se distinguem em atividades em representação da escola. O número de certificados de mérito pode ver-se nos quadros seguintes:

a. 2.º e 3.º Ciclos

	22/23			23/24			24/25		
	a)	b)	d)	a)	b)	d)	a)	b)	d)
5.º ANO	3	10	10	1	27	12	5	33	6
6.º ANO	0	17	12	0	16	14	1	30	7
7.º ANO	2	16	12	4	17	31	1	16	8
8.º ANO	4	10	10	10	17	23	7	21	15
9.º ANO	3	8	24	10	17	28	7	20	8
Total	12	61	68	25	94	108	21	120	44

Fonte: Coordenação PAN (01/10/2025)

Legenda

- a) Revelem atitudes exemplares
- b) Obtenham muito bons resultados escolares
- d) Se distinguem em atividades em representação da escola

b. Ensino Secundário

	22/23				23/24				24/25			
	a)	b)	c)	d)	a)	b)	c)	d)	a)	b)	c)	d)
10.º ANO	10	21	5	14	1	7	0	7	6	18	0	9
11.º ANO	12	29	0	40	18	28	2	27	0	11	0	13
12.º ANO	3	29	0	25	20	54	0	39	2	59	0	26
1.º ANO CP	0	2	0	1	1	1	0	2	0	2	0	19
2.º ANO CP	1	2	0	12	0	2	0	1	0	3	0	0
3.º ANO CP	0	2	0	1	0	1	0	15	0	5	0	0
Total	26	85	5	93	40	93	2	91	8	98	0	67

Fonte: Direção (30/09/2025)

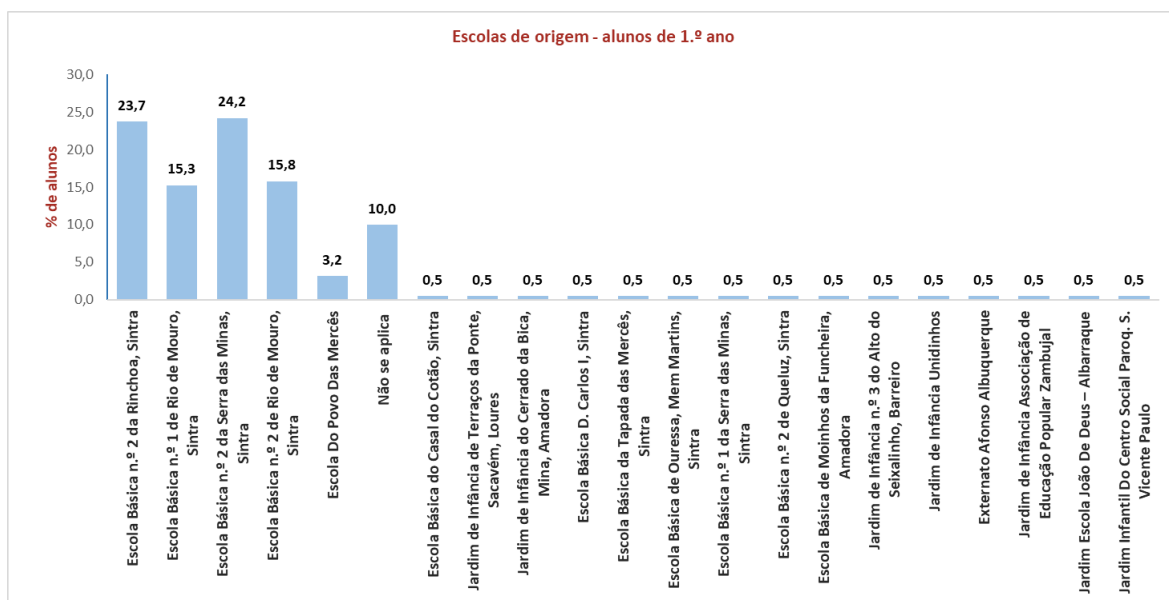
Legenda

- a) Revelem atitudes exemplares
- b) Obtenham muito bons resultados escolares
- c) Produzam trabalhos de superior qualidade
- d) Se distingam em atividades em representação da escola

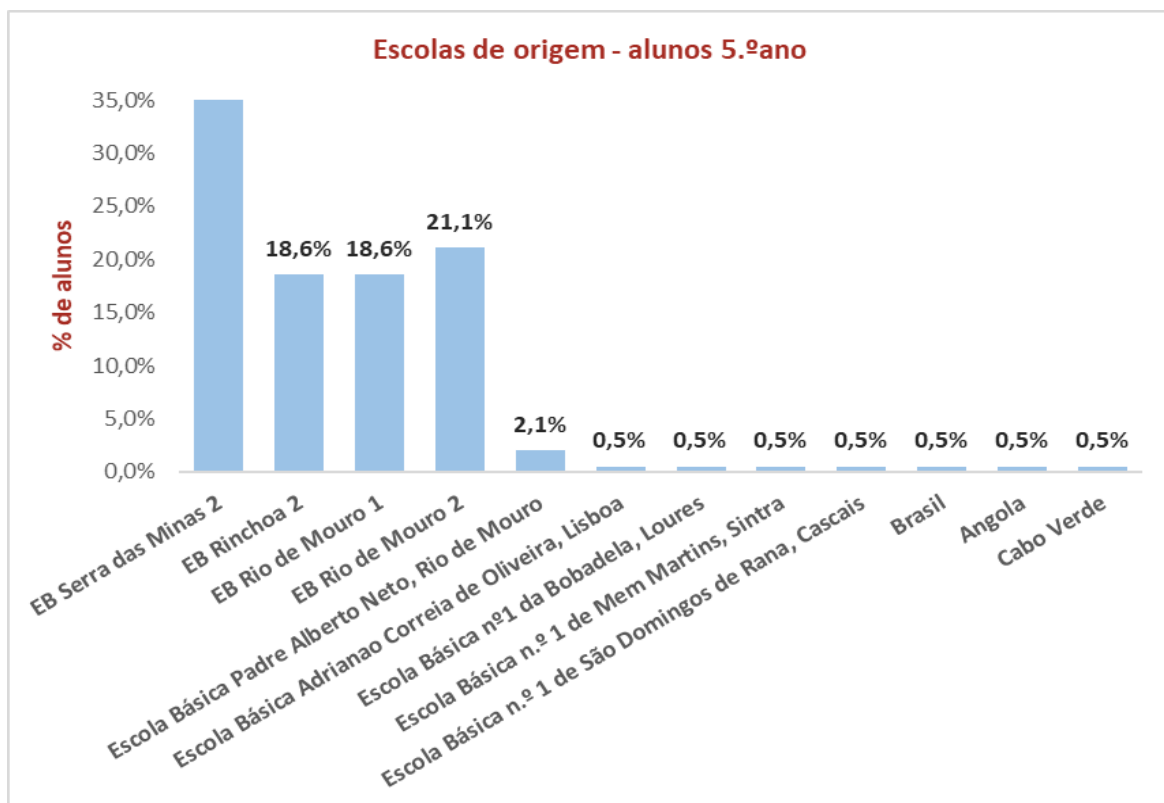


Escolas de origem dos alunos

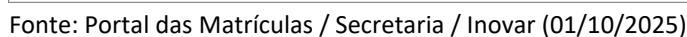
No ano letivo 2025-26, a maioria dos alunos no início de ciclo tem origem em escolas do agrupamento, como se pode ver pelos gráficos seguintes:



Fonte: Portal das Matrículas / Secretaria / Inovar (01/10/2025)



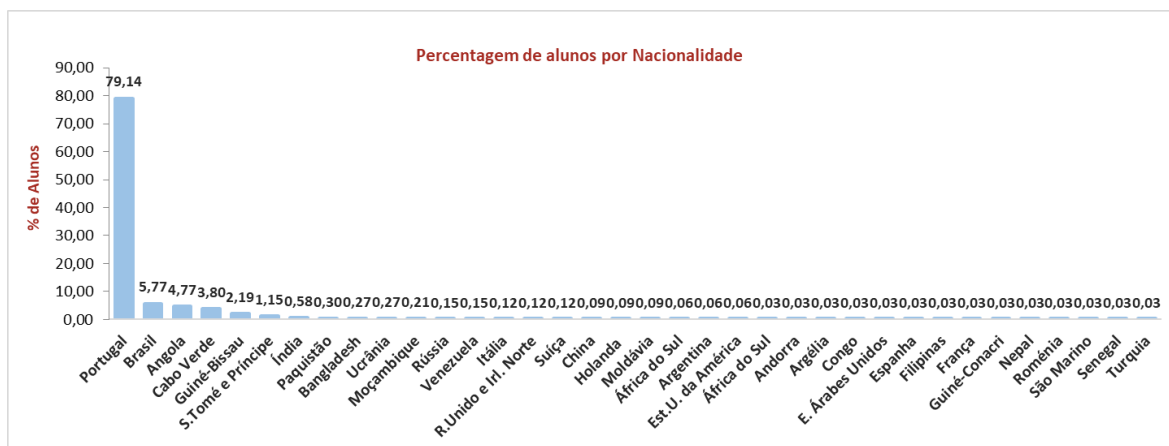
Fonte: Portal das Matrículas / Secretaria / Inovar (01/10/2025)





Nacionalidade dos alunos

A maioria dos alunos matriculados no ano letivo 2025-26 é de nacionalidade portuguesa, havendo, contudo, 20,9% de outras nacionalidades. Entre estas, as mais comuns são a nacionalidade brasileira, a angolana, a cabo-verdiana e a guineense, como se pode ver pelo gráfico seguinte:



Fonte: INOVAR (24/09/2025)

Relational LAB

O AELC integra o Programa Municipal de Educação Relacional – Relational Lab – assumindo o compromisso de colocar as relações humanas no centro de todo o processo educativo. No âmbito deste programa, o agrupamento desenvolve um plano de ação, dando primazia à formação, que procura envolver todos os elementos da comunidade educativa através de práticas que promovam a empatia, a escuta ativa e a literacia emocional.

Ação Social Escolar

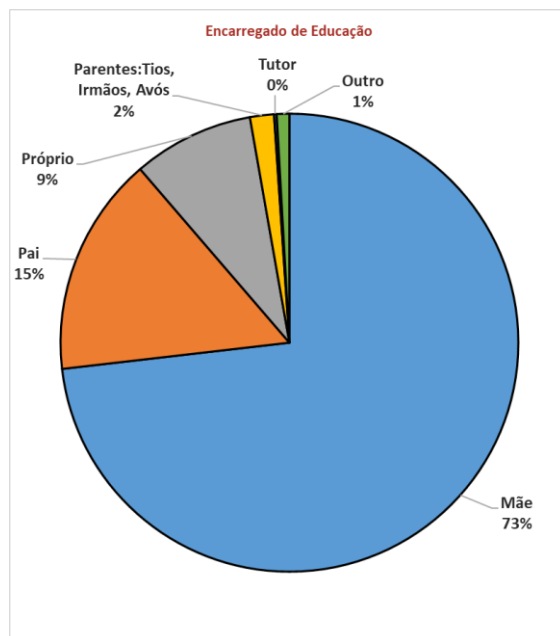
No âmbito da Ação Social Escolar, o número de alunos apoiados em 2025/2026 ultrapassava os quinhentos, sendo 303 do escalão A e 272 do escalão B (dados das plataformas Siga e Inovar). No ano letivo 2025-26, foi atribuída bolsa de mérito a 74 alunos do ensino secundário. Estes dados refletem o elevado número de famílias carenciadas.

Alunos com medidas seletivas e adicionais

Quanto ao número de alunos com Relatório-Técnico-Pedagógico (RTP), o seu número totalizava, no final do 1.º semestre 2025/2026, 351 alunos, assim distribuídos: 34 na educação pré-escolar, 102 no 1.º ciclo, 50 no 2.º ciclo, 76 no 3.º ciclo e 89 no ensino secundário. Dos 351 alunos com medidas seletivas, 49 alunos beneficiam ainda da medida adicional b) Adaptações Curriculares Significativas (ACS).

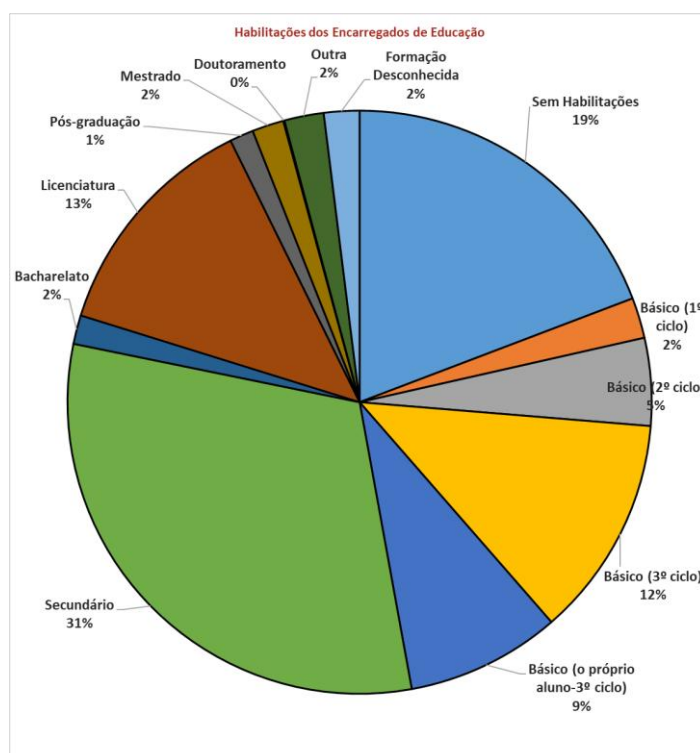
Encarregados de Educação

As mães constituem a larga maioria dos encarregados de educação dos alunos (73%), seguindo-se os pais (15%). Os próprios alunos, enquanto encarregados de educação, representam 9% dos casos. As restantes situações, outros familiares, tutores ou outras pessoas, apresentam uma expressão residual, com percentagens inferiores a 2% em cada categoria.



Fonte: INOVAR (maio 2026)

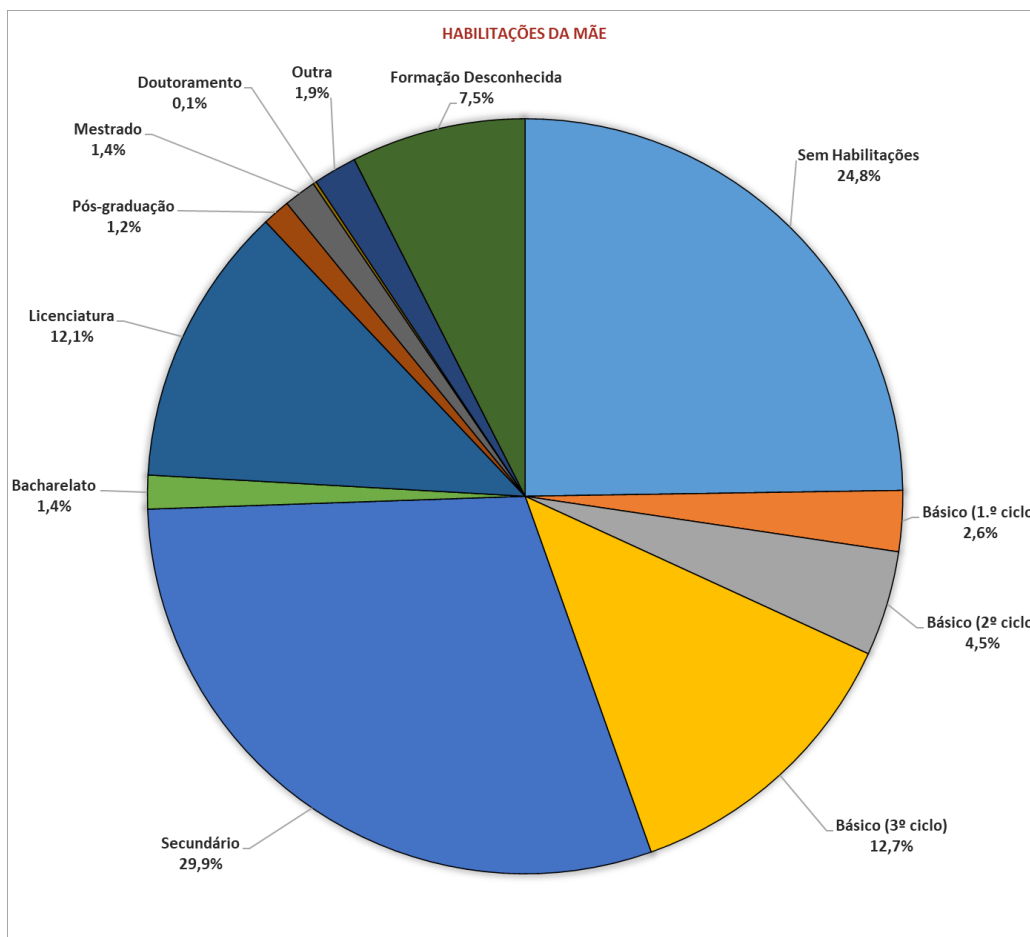
Quanto às habilitações literárias dos encarregados de educação, verifica-se que o nível de escolaridade mais frequente é o ensino secundário (31%), seguido da licenciatura (13%), do 3.º ciclo do ensino básico (12%) e do 2.º ciclo do ensino básico (5%). Destaca-se ainda que 19% dos encarregados de educação indicam não possuir habilitações literárias.



Fonte: INOVAR (maio 2026)



No que diz respeito às habilitações literárias das mães, observa-se que o nível de escolaridade mais prevalente é o ensino secundário (29,9%). Seguem-se o 3.º ciclo do ensino básico (12,7%), a licenciatura (12,1%), o 2.º ciclo do ensino básico (4,5%) e o 1.º ciclo do ensino básico (2,6%). Importa ainda referir que as situações em que as habilitações são desconhecidas, bem como a ausência de habilitações literárias, representam, em conjunto, 32,3% do total.



Fonte: INOVAR (outubro 2025)

As Associações de Pais e Encarregados de Educação colaboram habitualmente com a Escola/Agrupamento em diferentes circunstâncias e desenvolvendo algumas atividades por iniciativa própria.

Professores e técnicos especializados

Em 2025/26 encontram-se 325 docentes em efetividade de funções no Agrupamento, 3 psicólogos e 6 técnicos especializados (2 educadores sociais e 1 técnico de serviço social no âmbito do programa TEIP, e 1 animador sociocultural atribuído no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário).

Tem-se verificado uma tendência para a diminuição da estabilidade do corpo docente, fenómeno que afeta todos os grupos e níveis de ensino. Esta tendência não favorece o desenvolvimento de práticas continuadas, podendo mesmo prejudicar projetos mais dependentes da continuidade pedagógica, como, por exemplo, os desenvolvidos no âmbito das direções de turma. A esta situação acrescem os problemas decorrentes da



crescente escassez de professores, que se traduzem, em determinados momentos do ano letivo, na dificuldade em assegurar a substituição atempada de docentes em falta, na atribuição de horários incompletos ou temporários e, por vezes, na interrupção de atividades letivas. Esta realidade pode comprometer a regularidade das aprendizagens, aumentar a instabilidade organizacional e sobrecarregar os docentes em funções, com impactos no acompanhamento pedagógico dos alunos. Contudo, o conhecimento que os docentes do quadro têm do meio em que a Escola se integra, o seu nível de comprometimento com a instituição e a qualidade do relacionamento pedagógico que, em geral, estabelecem com os alunos têm sido uma mais-valia na prossecução de finalidades educativas importantes, bem como na transmissão de linhas de atuação orientadoras junto dos novos professores.

Assistentes operacionais e assistentes técnicos

Em 2025/26, exercem funções no Agrupamento 105 assistentes operacionais e 13 assistentes técnicos.

Recursos materiais

Dada a antiguidade das diferentes escolas que compõem o agrupamento, a manutenção dos espaços escolares (áreas edificadas e espaços exteriores) tem sido uma preocupação permanente. Nos últimos anos têm sido realizadas diversas intervenções (substituição de estores e janelas, substituição de blocos climatizados por novos blocos, pintura exterior de paredes e de algumas salas/oficinas, recuperação de pavimentos, manutenção do mobiliário escolar, etc.), procurando evitar que as condições de trabalho e vivência do espaço escolar se degradem. Porém, subsistem ainda vários problemas que necessitam de uma intervenção urgente e estrutural, em particular nos espaços interiores.

As TIC têm desempenhado um papel central na dinâmica organizacional do Agrupamento. Todos os serviços prestados (bibliotecas, secretaria, vencimentos, gestão de faltas dos alunos, etc.) estão informatizados e funcionam com eficiência, ao nível do Agrupamento. Contudo, no que respeita à integração/utilização das TIC na sala de aula, continua a ser necessário investir na utilização do computador e dos meios digitais em sala de aula. Por outro lado, o parque informático do AELC, sobretudo ao nível de computadores, precisa urgentemente de renovação, bem como melhorias na rede de Internet. Importa ainda aplicar a cada dois anos o questionário SELFIE, a fim de dispor de um diagnóstico preciso, conducente a uma atualização regular do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital do Agrupamento.

Ao nível do ensino secundário, agrupamento passou a dispor, em 2025-26, de dois Centros Tecnológicos Especializados (CTE), um na área da Informática e outro na área da eletrónica e automação. Os CTE assumem um papel estratégico no fortalecimento do ensino profissional, ao proporcionarem ambientes de aprendizagem altamente equipados, alinhados com as exigências tecnológicas e produtivas dos setores económicos. Estes centros permitem aos alunos o contacto direto com equipamentos, softwares e processos semelhantes aos utilizados em contexto real de trabalho, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas avançadas e uma maior empregabilidade.

Recursos financeiros

O Agrupamento procura gerir de forma adequada os recursos financeiros, privilegiando a aquisição de equipamentos e materiais necessários à realização das atividades de caráter pedagógico.

As despesas do Agrupamento são suportadas financeiramente pelo Orçamento Geral do Estado (OGE), pelo Orçamento Privativo (OP) e pela autarquia, no âmbito da transferência de competências.



As transferências do OGE têm ficado aquém das propostas apresentadas pelo Agrupamento, e o OP tem também vindo a diminuir progressivamente, pelo que as receitas são manifestamente insuficientes para as despesas ainda a cargo do agrupamento, nomeadamente a aquisição de materiais pedagógicos, equipamento/recursos, manutenção dos equipamentos informáticos e reprografia. Assim, o Agrupamento procura apoiar-se noutras verbas por si geradas, decorrentes de lucros do bufete e da papelaria, ou mediante a apresentação de projetos da iniciativa de elementos da comunidade escolar e a apresentação de candidaturas a concursos e projetos na área da educação, nomeadamente o PAQUE, o TEIP, Erasmus, Ciência Viva, Rede de Bibliotecas Escolares, Plano Nacional de Leitura, etc.

Ambiente educativo

Vive-se nas escolas do Agrupamento um ambiente escolar seguro e socialmente acolhedor e inclusivo, fruto do acompanhamento proporcionado aos alunos, e que tem permitido ultrapassar ou minorar os constrangimentos que todos os dias se colocam à ação educativa. Este clima favorece o trabalho em conjunto, a troca e a partilha de experiências e de recursos pedagógicos, abrindo ainda espaço para a reflexão sobre as práticas letivas.

Neste âmbito, deverá continuar a investir-se na criação de estratégias que possibilitem o conhecimento mútuo da realidade e do trabalho que se faz em cada escola, de modo a haver uma maior articulação de procedimentos, estratégias e práticas entre escolas e entre ciclos.

Procedimentos de autoavaliação

O AELC apresenta uma forte cultura de autoavaliação, concretizada em procedimentos metódicos, regulares e abrangentes. Através do Gabinete de Avaliação de Escola e em colaboração com a equipa de apoio à operacionalização do Plano de Ações de Melhoria, foram implementados procedimentos de recolha, análise e tratamento de dados e aplicação de diferentes instrumentos. Salientam-se, a última Autoavaliação assente na CAF Educação (2025), o Observatório Pedagógico (2019) e os Relatórios de Resultados Internos e Externos. Os dados obtidos a partir destes procedimentos constituíram-se como os principais instrumentos de avaliação do Projeto Educativo anterior e de diagnóstico no processo de elaboração do presente Projeto Educativo, particularmente a última avaliação CAF Educação, aplicada a todas as escolas do Agrupamento.

Sucesso escolar

A partir dos diferentes momentos de autoavaliação que são regularmente desenvolvidos, constata-se que o sucesso escolar no Agrupamento apresenta um conjunto importante de resultados positivos, quer quantitativos, quer qualitativos, que importa continuar a garantir. Ainda assim, a melhoria das taxas de frequência e conclusão dos ciclos de ensino/cursos nos períodos regulamentares, bem como a melhoria de índices de sucesso e de excelência em todos os níveis de ensino, mantêm-se como prioritárias.

Relativamente às **taxas de transição/aprovação/conclusão** por ciclo de ensino, registaram-se os seguintes valores no último quadriénio:



		Ano letivo 2022/2023	Ano letivo 2023/2024	Ano letivo 2024/2025
1.º ciclo	1.º ano	99,5%	100,0%	100,0%
	2.º ano	100,0%	99,5%	98,9%
	3.º ano	100,0%	99,1%	99,5%
	4.º ano	92,9%	99,1%	95,1%
2.º ciclo	5.º ano	100,0%	98,8%	96,6%
	6.º ano	93,8%	93,6%	98,8%
	7.º ano	87,2%	90,9%	96,7%
3.º ciclo	8.º ano	92,5%	94,9%	93,9%
	9.º ano	87,0%	94,6%	90,9%
Secundário	10.º ano	80,2%	85,2%	92,4%
	11.º ano	95,3%	92,7%	93,6%
	12.º ano	83,0%	88,00%	80,3%

Ensino profissional:

N.º de alunos do ciclo inscritos 3.º ano - 2022/2023

	Nº Alunos do ciclo inscritos	Alunos do ciclo inscritos realiz. FCT	Média FCT	Alunos do ciclo insc. realiz. FCT	Nº de empresas	Realiz. PAP (INS)	Média PAP (INS)	Insc. Realiz. PAP[%]	Alunos do ciclo que terminaram Curso	Alunos do ciclo Média Curso	Alunos do ciclo que terminaram Curso [%]	Nº Alunos que mudaram de percurso
EAC	20	20	16	100	10	20	13,7	100	16	13,6	80	1
GPSI	16	16	17,2	100	10	15	14,7	93,8	15	14,6	93,8	
MULT	18	17	15,9	94,4	9	14	14,8	77,8	13	14,3	72,2	1
DESP	26	26	16,95	100	16	24	15,6	92,3	24	14,7	92,3	
IAT	20	17	18	85	8	18	15,3	90	17	15,3	85	
TOTAL	100	96	16,81	96	53	91	14,82	91	85	14,5	85	2

N.º de alunos do ciclo inscritos 3.º ano - 2023/2024

	Nº alunos inscritos	Nº alunos que realizaram FCT	Média FCT	Alunos do ciclo insc. realiz. FCT	Nº de empresas	Nº alunos que realizaram a PAP	Média PAP	Insc. Realiz. PAP[%]	Nº alunos que terminaram Curso	Média do Curso	Alunos do ciclo que terminaram Curso [%]	Nº alunos que mudaram de percurso
EAC	16	13	17	81,3	10	13	12,7	81,3	13	13,8	81,3	1
GPSI	18	16	17,2	88,9	10	15	14,7	83,3	14	15,1	77,8	1
MULT	19	17	15,9	89,5	9	14	14,8	73,7	13	14,4	68,4	1
DESP	25	22	16,95	88	18	21	15,6	84	21	15,3	84	0
IAT	14	13	18	92,9	7	12	16,7	85,7	12	15,4	85,7	1
TOTAL	92	81	17,01	88	54	75	14,9	81,5	73	14,8	79,3	4

N.º de alunos do ciclo inscritos 3.º ano - 2024/2025

	Nº Alunos do ciclo inscritos	Alunos do ciclo inscritos realiz. FCT	Média FCT	Alunos do ciclo insc. realiz. FCT	Nº de empresas	Realiz. PAP (INS)	Média PAP (INS)	Insc. Realiz. PAP[%]	Alunos do ciclo que terminaram Curso	Alunos do ciclo Média Curso	Alunos do ciclo que terminaram Curso [%]	Nº Alunos que mudaram de percurso
EAC	16	14	17,84	87,5	11	12	13	75	8	14,5	50	2
GPSI	17	16	16,46	94,1	10	16	16	94,1	14	15,61	82,4	1
MULT	20	19	17,2	95	12	17	14	85	17	14,47	85	1
DESP	26	22	16,4	84,6	14	21	14,1	80,8	17	14,11	65,4	0
IAT	23	20	16,4	87	7	20	16	87	19	14,47	82,6	3
TOTAL	102	91	16,86	89,2	54	86	14,62	84,3	75	14,632	73,5	7

Fonte: Coordenação dos Cursos Profissionais



Quanto aos resultados obtidos pelos alunos do **ensino secundário** (cursos científico-humanísticos) nos exames nacionais registaram-se os seguintes valores:

Quadro Resumo dos Valores Médios, por Exame do Ensino Secundário em 2021/22, 2022/2023 e 2023/24 (1.ª e 2.ª fases).

	V. Médio 1.ª Fase						V. Médio 2.ª Fase					
	2024		2023		2022		20224		2023		2022	
	CE	Nº provas	CE	Nº provas	CE	Nº provas	CE	Nº provas	CE	Nº provas	CE	Nº provas
Desenho A	15,1	12	11,2	12	10,3	9	-	-	16,0	3	13,1	3
Espanhol (cont.)	15,1	1	10,1	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Inglês	14,9	43	14,8	41	15,2	34	9,8	3	11,3	5	8,0	1
G. Descritiva A	13,6	38	10,0	28	13,7	22	11,6	4	12,5	10	9,8	6
Espanhol (inic.)	13,4	1	11,5	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Alemão	12,9	4	14,4	2	16,4	1	-	-	-	-	10,1	1
Economia A	12,8	54	12,3	42	11,7	63	12,6	19	11,5	10	13,7	21
Matemática B	12,6	23	9,7	15	7,3	11	12,5	10	10,8	6	10,6	3
Lit. Portuguesa	12,1	19	13,8	3	10,5	4	7,3	1	-	-	8,9	2
História A	11,8	41	11,3	32	13,0	42	13,4	16	9,9	7	10,8	13
H. da Cul. Artes	11,3	28	7,9	16	13,4	21	11,1		11,8	6	12,7	7
Português	11,2	178	12,8	138	11,1	154	11,6	83	11,7	40	12,1	55
Fís. e Quí. A	10,8	156	9,5	142	10,6	134	9,4	72	10,4	37	9,6	37
Geografia A	10,2	63	11,1	54	10,1	43	9,6	15	9,9	9	9,9	14
Matemática A	10,0	166	8,9	174	9,6	146	8,3	84	8,6	91	9,1	65
Mat. Aplic. C. Soc.	9,6	30	9,9	33	9,9	13	6,7	5	8,4	9	-	1
História B	-	2	4,2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Biol. e Geo.	9,3	173	10,7	195	10,7	161	9,4	86	10,3	55	10,6	52
Filosofia	9,3	47	11,0	38	7,9	28	6,3	11	13,6	2	9,8	4

Fonte: JNE



Acesso ao ensino superior

	2022/2023		2023/2024		2024/2025	
	1.ª fase	2.ª fase	1.ª fase	2.ª fase	1.ª fase	2.ª fase
N.º de alunos que apresentaram candidatura	236	104	255	100	182	94
N.º de alunos que ingressaram no Ensino Superior	172	38	205	37	140	45
Percentagem de alunos que ingressaram	73%	37%	80%	37%	77%	48%

Fonte: ENES

Relação com a comunidade

O Agrupamento atribui particular atenção ao modo como se relaciona com a comunidade local, quer na forma como procura adequar o serviço educativo prestado aos seus interesses e necessidades, quer no propósito de disponibilizar e prestar outros serviços que estejam ao seu alcance.

Ao longo dos anos, as escolas do Agrupamento têm visto o seu trabalho reconhecido e acarinhado pela comunidade local. Parceiros de longa data em muitas iniciativas, mas também em momentos de dificuldade, cada escola do Agrupamento tem podido contar com o apoio das famílias, das mais diversas instituições e da autarquia (JFRM e CMS). Enquanto Agrupamento, o AELC mantém o firme propósito de assegurar um serviço educativo de qualidade e de contribuir para o desenvolvimento social e cultural da comunidade. Neste sentido, mas também como forma de viabilizar novas iniciativas que conduzam à melhoria do sucesso escolar dos seus alunos, o Agrupamento espera poder continuar a dispor das parcerias existentes, tendo a capacidade de estabelecer novos acordos em função de novas metas.

Atualmente, o Agrupamento tem acordos e protocolos com instituições de ensino, empresas e associações (culturais, sociais e desportivas).

As respostas da comunidade educativa aos questionários aplicados, no âmbito da avaliação externa, evidenciam um elevado nível de satisfação relativamente ao serviço prestado pelo Agrupamento. Diversas iniciativas locais concorrem para o desenvolvimento da comunidade, como por exemplo, os projetos Sintra ES+, Programa Municipal de Educação Relacional, Sintra Cresce Saudável, Assembleia Municipal Jovem, Mostra de Teatro das Escolas de Sintra, Os Escritores vão à Escola, Associação Claraboia e Orquestra Escolar.

Nível de concretização dos objetivos do Projeto Educativo anterior

Objetivos com mais atividades nos últimos 3 anos (mais de 200 atividades inscritas nos Planos Anuais de Atividades):

- **D2.8** – Estimular o desenvolvimento das competências sociais e emocionais dos alunos → **737 atividades**
- **D1.7** – Estimular o pensamento crítico e criativo dos alunos e a sua expressão individual e coletiva → **637 atividades**



- **D2.3** – Promover atitudes positivas face ao meio físico e cultural no quadro de uma cidadania global e interdependente → **544 atividades**
- **D1.3** – Promover a autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem → **420 atividades**

Objetivos com menos atividades nos últimos 3 anos (menos de 50 atividades).

D2.7. Promover ações que preparem a comunidade escolar para reagir em situações de emergência. (16 atividades)

D3.5. Promover ações que contribuam para a melhoria do desempenho do pessoal não docente. (16 atividades)

D3.1. Desenvolver uma cultura de liderança mobilizadora dos recursos e das estratégias necessárias à concretização do Projeto Educativo (19 atividades)

D3.6. Promover e apoiar a integração das TIC na prática profissional. (22 atividades)

D1.6. Melhorar o acompanhamento e a supervisão da prática letiva. (25 atividades)

D1.2. Melhorar os níveis de assiduidade dos alunos. (32 atividades)



PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA PRIORITÁRIAS

A partir dos dados recolhidos em diferentes momentos de autoavaliação e de avaliação externa, do confronto das diferentes expectativas com os resultados obtidos, bem como das representações e percepções transmitidas pelas estruturas e órgãos de coordenação, foi possível fazer-se uma análise global da prestação do Agrupamento, identificando os principais pontos favoráveis e os aspetos críticos.

Dos instrumentos de avaliação utilizados, destacam-se, pela sua relevância e abrangência, o processo de autoavaliação CAF Educação (2025), os resultados da avaliação externa realizada em fevereiro de 2020 e os processos de avaliação desenvolvidos no contexto do Programa TEIP, donde se destacam os seguintes pontos fortes, áreas de melhoria e oportunidades e constrangimentos a considerar:

Pontos fortes

Os documentos estruturantes do Agrupamento expressam com clareza a visão, a missão e os valores da instituição, visando a consecução do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;

O PE define as linhas de atuação para a criação de uma cultura de escola inclusiva e a consecução do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;

O Agrupamento tem em conta os resultados da autoavaliação na elaboração dos documentos orientadores;

O Agrupamento define políticas de formação contínua de docentes e planos de ação em resposta às áreas de melhoria identificadas;

O Coordenador de Departamento representa adequadamente os docentes no Conselho Pedagógico, promovendo a comunicação e articulação entre os dois órgãos e o trabalho de equipa e de colaboração entre os docentes;

Os docentes trabalham em equipa, partilhando entre si experiências, estratégias e práticas pedagógicas;

As situações de insucesso são analisadas nos órgãos de gestão intermédia, promovendo a formulação de estratégias de melhoria;

O Educador constrói documentos organizadores, através dos quais as crianças estão implicadas nos processos avaliativos, por forma a que cada uma seja protagonista da sua aprendizagem e as regras da sala são construídas com as crianças, para que a sua apropriação seja efetiva;

O pessoal docente (PD) realiza frequentemente avaliação formativa, que incide sobre os processos, numa perspetiva da construção progressiva das aprendizagens dos alunos/crianças;

O PD desenvolve regularmente com os seus alunos/crianças atividades criativas e inovadoras;

A Biblioteca da escola é um espaço pedagógico que faculta aos alunos e professores e à comunidade escolar o acesso à informação, educação, cultura e lazer;

As atividades de enriquecimento curricular do Agrupamento, através da sua natureza lúdica, formativa e cultural, potenciam a formação integral do aluno;

A oferta educativa e formativa do Agrupamento é diversa e atende às características e necessidades de alunos, formandos e comunidade educativa;

As atividades e projetos do Agrupamento têm contribuído para o desenvolvimento e a formação pessoal, cultural e social do aluno;



O Agrupamento desenvolve iniciativas para suprir as carências básicas – programa de saúde escolar, reforço alimentar, equipa de ação social, entre outras;
O Agrupamento garante a igualdade de oportunidades a todos os alunos/crianças;
O Agrupamento promove a participação dos alunos/crianças em projetos regionais, nacionais e internacionais;
Há uma boa relação entre o PD e PND e entre estes e os alunos;
Os pais/EE sentem-se bem nos espaços de atendimento ao EE e as suas opiniões são ouvidas e tidas em consideração;
O Agrupamento responde em tempo útil às questões colocadas e/ou reclamações que os pais/EE apresentam;
Os pais/EE estão satisfeitos com os docentes;
O PND introduz melhorias no seu trabalho que permitem aumentar a satisfação dos alunos e dos pais/EE;
O PND é considerado acessível e prestável;
Os alunos estão satisfeitos com os serviços prestados na sua escola e com a oferta alimentar do bar;
Os pais/EE são bem atendidos pelos Assistentes Administrativos quando os procuram para tratar de algum assunto;
O horário de atendimento do Educador/Docente Titular de Turma/Diretor de Turma é adequado;
Nas reuniões com o Diretor de Turma/Docente Titular de Turma/Educador os pais/EE ficam esclarecidos sobre a situação escolar do seu educando;
Os pais/EE têm confiança no AELC;
Os pais/EE consideram importante a existência de uma Associação de Pais/EE;
Os alunos consideram que aceitam e cumprem as orientações dos Professores e Assistentes Operacionais;
A maioria dos indicadores quantitativos apresenta resultados positivos (exemplo: taxa de participação dos EE nas ações promovidas pelo AELC; número de medidas disciplinares sancionatórias; número de ações de formação para o PD; percentagem de alunos e crianças que participam em iniciativas da escola para a formação pessoal e cidadania; número de projetos sociais inovadores; Programa Eco-Escolas; taxa de ingresso na universidade; taxa de retenção; taxa de Desistência/abandono; taxa de execução das Ações do TEIP);
O Agrupamento estabelece protocolos com parceiros locais que potenciam os recursos e respostas educativas adequadas às necessidades dos alunos/crianças.



Áreas e sugestões de melhoria

Comunicação Interna e Externa

Há necessidade de melhorar a comunicação interna e externa. Destacam-se a criação de versões resumidas dos documentos estruturantes, o aumento da frequência de reuniões com os diferentes intervenientes (PD, PND, pais e comunidade) e uma maior divulgação das ações do Conselho Geral, incluindo o envio de resumos das reuniões e a auscultação das lideranças intermédias e representantes das diversas estruturas do Agrupamento. Sugere-se ainda a entrega de um guião de procedimentos no início do ano e a criação de regras práticas que facilitem a compreensão do Regulamento Interno. Por fim, devem ser melhoradas as informações sobre cursos e saídas vocacionais.

Gestão de Pessoas

Sobressai a necessidade de contratar mais recursos humanos (assistentes operacionais, técnicos e docentes), bem como de desenvolver projetos que integrem essa contratação.

No âmbito da formação e do desenvolvimento profissional, destaca-se a identificação de necessidades formativas do PND. Propõe-se a realização de ações internas, momentos de partilha e reuniões periódicas. Incentiva-se, ainda, a troca de experiências entre colegas e a experimentação de diferentes funções durante as interrupções letivas. Sugere-se, igualmente, a clarificação e adequação dos critérios de distribuição de serviço do PND, assim como a promoção de ações que melhorem a relação entre todos os intervenientes.

Gestão Estratégica

Reforça-se a importância do acolhimento aos novos docentes, ao nível da Direção, Escolas e dos Departamentos Curriculares, através das dinâmicas de receção e da entrega de guiões de procedimentos no início do ano letivo.

Ao nível da organização e funcionamento dos Departamentos Curriculares, recomenda-se a uniformização de procedimentos e sua aplicação (por exemplo, formas de divulgação dos critérios de avaliação, elaboração de compromissos, memorandos/atas, etc.), bem como a realização de ações setoriais e/ou temáticas interdepartamentais.

Por fim, a perceção da comunidade educativa indica que a divisão do ano letivo em semestres não tem contribuído significativamente para a melhoria das aprendizagens, sendo necessário refletir sobre esta organização.

Articulação Horizontal e Vertical

Sobressai a necessidade de planear atividades e projetos que contemplem, de modo articulado, as diferentes áreas curriculares, níveis e ciclos de ensino. Sugere-se a criação de linhas orientadoras de articulação, emanadas pelo Conselho Pedagógico, para a realização de atividades comuns entre departamentos, o mapeamento de aprendizagens essenciais comuns por ano/disciplina e a revisão e operacionalização do Plano de Articulação Curricular do AELC. Reforça-se a importância de que o tempo específico destinado à reflexão e ao trabalho colaborativo entre docentes seja utilizado para esse propósito de uma forma mais efetiva.

Processos de Ensino e Aprendizagem

Recomenda-se a comunicação regular dos progressos e dificuldades dos alunos do 2.º e 3.º CEB e do ensino secundário, a simplificação da linguagem nas sínteses descritivas intercalares e a introdução de registos de autoavaliação para cada aluno.

Propõe-se a reflexão, ao nível do Conselho Pedagógico, sobre as formas de comunicação dos resultados da avaliação por competências e a implementação de medidas mais eficazes para a inclusão de alunos migrantes. Propõe-se, ainda, o reforço do apoio ao estudo, da preparação para exames e da recuperação



de módulos nos Cursos Profissionais, além do aumento dos apoios através de tutorias no ensino secundário.

Educação Relacional e Indisciplina

Aponta-se o reforço das ações de prevenção da indisciplina, da educação relacional e da promoção do bem-estar e da segurança, particularmente esta última, para os alunos do 2.º e 3.º CEB.

Importa sensibilizar os EE para a justificação de faltas e para a garantia da presença dos alunos na escola. Sugere-se ainda o reforço do registo de faltas e dos contactos com os EE pelo PD.

Por fim, destaca-se a necessidade de sensibilizar os alunos para os seus direitos e deveres constantes do Regulamento Interno.

Gestão de Recursos Materiais e Infraestruturas

Propõe-se a melhoria da gestão dos espaços escolares. É essencial melhorar os espaços da EBPAN no geral, destacando-se a melhoria das condições de salubridade, conservação e segurança dos mesmos (casas de banho, salas de aula, refeitório, etc.), a renovação das instalações para a prática desportiva, a criação de laboratórios com condições adequadas, aquisição de material e equipamentos específicos e a atualização dos equipamentos informáticos. As melhorias nos equipamentos, sejam de manutenção ou de nova aquisição, estendem-se às restantes escolas.

Sugere-se a criação de equipas de manutenção de apoio às escolas, pela Câmara Municipal de Sintra e/ou Junta de Freguesia de Rio de Mouro, para dar resposta atempada aos arranjos necessários. A colaboração com a associação de pais poderá ser útil para melhorar as instalações, a par da sensibilização dos alunos para a preservação do material e das infraestruturas.

Mecanismos de Monitorização e Avaliação

Deve ser melhorado o registo das presenças do EE na Educação Pré-Escolar. Propõe-se igualmente a melhoria do registo de faltas dos alunos na plataforma INOVAR, bem como a revisão dos métodos de recolha dos dados de sucesso dos alunos com apoios educativos.

Oportunidades a considerar

Programa TEIP.

A existência de dois Centros Tecnológicos Especializados.

Programa de Apoio à Qualidade nas Escolas da Câmara Municipal de Sintra - quatro medidas de apoio: Plano Anual de Atividades, Diversificação da Oferta Educativa, Apoio a Projetos no âmbito da Educação Especial e Concurso de Projetos.

Projeto Escolas 2030.

Diversas iniciativas locais que concorrem para o desenvolvimento da comunidade, como, por exemplo, o Programa Municipal de Educação Relacional, Sintra Cresce Saudável, Assembleia Municipal Jovem, Parlamento dos Jovens, Escola Azul, Mostra de Teatro das Escolas de Sintra, Os Escritores vão à Escola, Associação Claraboia, Orquestra Escolar e SintraEduGreen.

Plano de Ação do Desenvolvimento Digital da Escola.

Desburocratização do sistema escolar com a integração de aplicações centrais e locais.

Revisão do estatuto da carreira docente.

Programa de Ensino, Didática e Aprendizagem da Leitura.



Revisão das aprendizagens essenciais.
Políticas educativas promotoras da autonomia, da flexibilidade curricular e da Educação Inclusiva.
Todas as bibliotecas do AELC integradas na Rede de Bibliotecas Escolares.
Requalificação das escolas do agrupamento.
Jornal 100 Letras.
Parcerias com a comunidade.
ERASMUS + Agrupamento Acreditado.
Desporto Escolar.

Constrangimentos a considerar

Obsolescência dos equipamentos informáticos.
Fragilidades na resposta atempada às necessidades de manutenção dos espaços e equipamentos.
Falta de domínio da língua portuguesa por parte de alguns alunos.
Ausência de autonomia e de recursos financeiros de acordo com as necessidades.
Escassez de recursos humanos ao nível do pessoal docente e não docente.
Ausência de tempos comuns, de espaços e de recursos importantes (degradação de algumas salas de aula e do seu mobiliário, falta de iluminação de alguns espaços, escassez de salas de trabalho, de espaços adequados à prática desportiva e de laboratórios e falta de um auditório de acordo com a dimensão do agrupamento).
Contexto socioeconómico desfavorável (fragilidades das estruturas familiares).
Elevada percentagem de alunos oriundos de outros agrupamentos matriculados no ensino secundário (superior a 60%).
Aumento do número de situações de alunos em mobilidade ao longo do ano letivo, em resultado de movimentos migratórios.



V. DIMENSÕES E OBJETIVOS DO PE

D1 | DIMENSÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Objetivo Geral

Promover o sucesso educativo.

Objetivos Estratégicos

1. Melhorar de forma sustentada as aprendizagens dos alunos e os resultados escolares.
2. Melhorar os níveis de assiduidade e de pontualidade dos alunos.
3. Promover a autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem (autorregulação).
4. Valorizar as aprendizagens dos alunos, promovendo a sua visibilidade na escola e na comunidade.
5. Diversificar a oferta curricular e formativa de modo contextualizado e sustentado.
6. Melhorar o acompanhamento e a intervenção da prática letiva.
7. Estimular o pensamento crítico e criativo dos alunos e a sua expressão individual e coletiva.
8. Promover as competências científicas, técnicas, tecnológicas e experimentais dos alunos.
9. Estimular o raciocínio e a resolução de problemas.
10. Promover a literacia digital, mediática e crítica.
11. Promover a interdisciplinaridade, a articulação curricular e a flexibilidade na gestão do currículo.
12. Promover estratégias e recursos pedagógicos diversificados que potenciem a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e respondam adequadamente ao perfil e necessidades dos alunos.
13. Diversificar e reforçar as estratégias de avaliação para assegurar a integridade, a autenticidade e a validade das aprendizagens no contexto da utilização crescente de ferramentas de inteligência artificial generativa.
14. Reforçar a comunicação e o acompanhamento das aprendizagens junto dos alunos e encarregados de educação.
15. Desenvolver estratégias para promover a consciência e domínio do corpo.

D2 | DIMENSÃO PESSOAL, SOCIAL, CULTURAL E DE CIDADANIA

Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento pessoal dos alunos em várias dimensões (emocional, ética, estética, cultural, social, ecológica).

Objetivos Estratégicos

1. Promover a participação cívica e responsável dos alunos na organização e funcionamento das estruturas e atividades da escola.
2. Desenvolver a sensibilidade estética e artística dos alunos.
3. Promover atitudes de respeito e valorização do meio físico e cultural no quadro de uma cidadania global e sustentável.
4. Prevenir a indisciplina, a insegurança e a violência, promovendo um clima escolar seguro e inclusivo.



5. Promover a coesão, o sentido de pertença/identidade e o respeito pela instituição escolar e por todos os membros da comunidade educativa.
6. Promover hábitos de vida saudável.
7. Promover ações que preparem a comunidade escolar para reagir em situações de emergência.
8. Estimular o desenvolvimento das competências emocionais, relacionais e sociais dos alunos.
9. Reforçar o envolvimento e a corresponsabilização dos encarregados de educação no percurso escolar dos alunos.
10. Promover ações que reforcem a consciência e a segurança rodoviárias.

D3 | DIMENSÃO ORGANIZACIONAL

Objetivo Geral

Contribuir para a melhoria consistente e contínua da prestação do serviço educativo.

Objetivos estratégicos

1. Desenvolver uma cultura de liderança mobilizadora dos recursos e das estratégias necessárias à concretização do Projeto Educativo.
2. Promover e apoiar a atualização científica, pedagógica e digital dos professores.
3. Promover o desenvolvimento sustentado de práticas inovadoras.
4. Consolidar práticas educativas inclusivas e promotoras da equidade.
5. Promover a valorização, formação e melhoria do desempenho profissional do pessoal não docente.
6. Gerir de forma eficiente, sustentável e segura os recursos físicos, materiais e tecnológicos.
7. Consolidar os mecanismos de monitorização, avaliação e autorregulação do agrupamento.
8. Consolidar a articulação com a comunidade educativa e os parceiros locais, regionais e internacionais, reforçando dinâmicas de cooperação, participação e corresponsabilização.
9. Melhorar os mecanismos de comunicação interna e externa do agrupamento.
10. Reforçar os processos de acolhimento, integração e acompanhamento de novos profissionais.



DIMENSÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Objetivo Geral: Promover o sucesso educativo.

D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
1. Melhorar de forma sustentada as aprendizagens dos alunos e os resultados escolares. 2. Melhorar os níveis de assiduidade e de pontualidade dos alunos. 3. Promover a autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem (autorregulação).	▪ Implementação de uma dinâmica de ensino e de aprendizagem centrada no aluno e no desenvolvimento de competências. ▪ Promoção da qualidade e eficiência educativas mediante diferentes formas de organização do trabalho, valorizando-se o intercâmbio de saberes e de experiências, através de práticas de: ○ Trabalho colaborativo; ○ Trabalho de projeto; ○ Coadjuvação entre docentes, do mesmo ano ou ciclo, de vários ciclos e níveis de ensino e de diversas áreas disciplinares; ○ Permuta temporária entre docentes da mesma área ou domínio disciplinar. ▪ Reorganização dos espaços educativos em função das metodologias de ensino adotadas. ▪ Adoção de procedimentos, técnicas e instrumentos diversificados de avaliação e adequados às finalidades, ao objeto em avaliação, aos destinatários e ao tipo de informação a recolher, em função da diversidade e especificidade do trabalho curricular a desenvolver com os alunos. ▪ Generalização de práticas de diferenciação pedagógica. ▪ Mobilização de medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão de acordo com as necessidades dos alunos. ▪ Avaliação das medidas de apoio às aprendizagens pelo conselho de turma.	▪ Melhorar os resultados escolares, de acordo com as metas anuais definidas no Plano de Ação TEIP 2024-2027. ▪ Melhorar os níveis de assiduidade dos alunos, em alinhamento com as metas anuais definidas no Plano de Ação TEIP 2024-2027, nomeadamente através da redução da média de faltas injustificadas por aluno. ▪ Reduzir os níveis gerais de indisciplina dos alunos, em alinhamento com as metas definidas no Plano de Ação TEIP 2024-2027, através da diminuição da taxa de ocorrências disciplinares em contexto de sala de aula. ▪ Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória por todos os alunos. ▪ Garantir que, até ao final do período de vigência do Projeto Educativo, 100% das turmas desenvolvem anualmente pelo menos uma atividade que envolva planeamento,



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	▪ Acompanhamento e avaliação de todas as medidas de apoio à aprendizagem desenvolvidas com os alunos pela EMAEI em estreita colaboração com os conselhos de turma ou professor titular. ▪ Promoção das Artes no currículo, como fatores potenciadores da criatividade e da integração. ▪ Promoção de práticas mais consistentes de feedback focado nos processos. ▪ Reforço e valorização do trabalho dos conselhos de turma, conselhos de docentes e grupos de ano. ▪ Promoção de feedback mais sistemático junto dos alunos. ▪ Acompanhamento e avaliação de todas as medidas de apoio à aprendizagem desenvolvidas com os alunos pela EMAEI em estreita colaboração com os conselhos de turma ou professor/a titular. ▪ Reforço e consolidação dos mecanismos de apoio ao estudo: ○ Planeamento, partilha e monitorização dos resultados. ○ Apoio Educativo (1.º ciclo). ○ Sala de Estudo (2.º e 3.º ciclos e ensino secundário). ○ Apoio personalizado. ○ Recuperação de Módulos em atraso (Cursos profissionais). ○ Apoio às Provas e Exames Nacionais. ▪ Rentabilização/revitalização da Sala de Estudo (SE) através de:	monitorização ou autoavaliação das aprendizagens pelos alunos. ▪ Assegurar que, até ao final do segundo ano de implementação do Projeto Educativo, pelo menos 80% dos docentes utilizam estratégias que promovam a autonomia dos alunos, nomeadamente trabalho de projeto, aprendizagem baseada em problemas, portefólios ou contratos de aprendizagem.



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	○ realização de sessões sobre técnicas e métodos de estudo. ○ recurso a estratégias diferenciadas (trabalho autónomo, estudo acompanhado, tutorias, ...) abrangendo todos os alunos presentes na SE. ○ cursos de curta duração/workshops (cultura portuguesa, ciências, artes...). ▪ Mobilização de competências para o desenvolvimento de projetos. ▪ Monitorização e avaliação das medidas de apoio às aprendizagens. ▪ Ações Estratégicas de Intervenção – Plano de Ação TEIP 24/27: – LabMat – Ensino Secundário; – CLIC – 1.º ciclo; – Farol – 1.º Ciclo, 2.º e 3.º Ciclo – CLL – 1.º Ciclo, 2.º e 3.º ciclos; – Sem Fronteiras – 2.º, 3.º ciclo e Ensino secundário; – Pólis – 1.º, 2.º 3.º Ciclos e Ens. Secundário; – Acompanhar -LOOP – Todos os ciclos; – Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) – Todos os ciclos ▪ Dinamização de sessões nas bibliotecas destinadas a: ○ desenvolvimento do gosto pela leitura e melhoria dos níveis de literacia.	



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	○ desenvolvimento de competências de pesquisa, seleção e tratamento da informação. ○ construção e leitura de mapas conceptuais. ○ aplicação do Referencial «Aprender com a Biblioteca Escolar» (conjunto de aprendizagens associadas à utilização da biblioteca escolar). ▪ Criação/revitalização de núcleos, laboratórios, projetos, clubes, jornais (impressos e/ou digitais), iniciativas pontuais (concursos, eventos, atividades físicas e desportivas). ▪ Reforço de tutorias (aluno/aluno, professor/aluno) em sala de aula, sala de estudo e em momentos de trabalho autónomo. ▪ Implementação de práticas regulares de autoavaliação e heteroavaliação, envolvendo os alunos na reflexão sobre as suas aprendizagens e progresso. ▪ Reforço da utilização de metodologias ativas de aprendizagem, nomeadamente aprendizagem baseada em projetos, problemas, desafios e investigação. ▪ Integração de portefólios físicos ou digitais como instrumentos de acompanhamento, reflexão e documentação das aprendizagens. ▪ Desenvolvimento de estratégias de autorregulação da aprendizagem, incluindo a gestão do tempo, a organização do trabalho e a monitorização do desempenho. ▪ Diversificação dos processos e instrumentos de avaliação, valorizando a participação ativa dos alunos na avaliação das suas aprendizagens.	



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	▪ Sensibilização das famílias para a promoção da autonomia dos alunos, fomentando práticas educativas que favoreçam a responsabilização progressiva. ▪ Reconhecimento e divulgação de boas práticas de autonomia, responsabilidade e empenho, através de iniciativas de valorização do mérito e do progresso dos alunos. ▪ Promoção da participação dos alunos em projetos regionais, nacionais e internacionais: Desporto Escolar, Parlamento Jovem; Assembleia Municipal Jovem; Escola Azul; EcoEscolas, Escola Embaixadora do Parlamento Europeu; Escolas Geminadas, Erasmus +, etc.) ▪ Realização de sessões sobre motivação para o estudo destinadas a desenvolver práticas de autonomia e responsabilização dos alunos pela sua aprendizagem. ▪ Identificação atempada dos alunos que se encontram em situação de risco. ▪ Promoção, nos alunos, de hábitos de autorregulação do processo de aprendizagem. ▪ Concretização de atividades no âmbito do Programa Municipal de Educação Relacional, nomeadamente – Plano de ação da Equipa de Ed. Relacional/Turmas relacionais. ▪ Articulação dos programas ADN Socioemocional/Raízes, Academia de Líderes Ubuntu e Educação Relacional.	
4. Valorizar as aprendizagens dos alunos, promovendo a sua visibilidade na escola e na comunidade.	▪ Divulgação, em vários espaços/suportes, dos trabalhos dos alunos. ▪ Organização e participação em concursos de reconhecido valor educativo, com atribuição de prémios aos melhores trabalhos,	▪ Semestralmente, proceder à divulgação de trabalhos de alunos por diferentes meios (exposições, concursos, jornais escolares, páginas on-line, etc.), dentro e fora do espaço escolar.



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	quer do ponto de vista académico quer do ponto de vista dos valores de cidadania. ▪ Reconhecimento do mérito através da atribuição de um certificado.	▪ Organizar uma cerimónia pública de atribuição de certificados de mérito.
5. Diversificar a oferta curricular e formativa de modo contextualizado e sustentado.	▪ Oferta de ensino profissional de acordo com os espaços físicos, os equipamentos e os recursos humanos existentes no Agrupamento, bem como os protocolos pré-estabelecidos com o meio empresarial. ▪ Estabelecimento de parcerias com empresas para fornecimento de estágios pós-curriculares. ▪ Criação de uma base de dados sobre os alunos que já concluíram os cursos para monitorizar o seu percurso profissional. ▪ Atualização da base de dados com as empresas promotoras de estágios para adequar as matérias lecionadas ao contexto empresarial. ▪ Implementação do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (Quadro EQAVET). ▪ Estabelecimento de protocolos com Instituições da comunidade para fornecimento de estágios de sensibilização pré-profissional aos alunos. ▪ Oferta de Português como língua não materna, de acordo com as necessidades dos alunos e da comunidade. ▪ Promoção da literacia Braille nas várias grafias de acordo com as necessidades de alguns alunos. ▪ Promoção da utilização dos produtos de apoio específicos.	▪ Garantir a matrícula de pelo menos 50% dos alunos do AELC que pretendam frequentar Cursos Profissionais. ▪ Garantir a inserção de todos os alunos dos Cursos Profissionais na Formação em Contexto de Trabalho/Estágio. ▪ Integrar os alunos com Currículo que reúnam condições para o efeito, em estágios de sensibilização pré-profissional, em Instituições da comunidade. ▪ Dinamizar os Centros Tecnológicos Especializados. ▪ Assegurar a oferta de Português Língua Não Materna, a todos os alunos sinalizados com o nível A e B1 de proficiência.



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	▪ Dinamização de Atividades de Vida Diária e Orientação e Mobilidade para desenvolvimento de competências, com vista à promoção da autonomia pessoal.	
6. Melhorar o acompanhamento e a intervenção da prática letiva.	▪ Atualização de compromissos ao nível dos Departamentos que visem a generalização de práticas de intervenção pedagógica. ▪ Generalização da prática de professores que promovam voluntariamente aulas abertas à observação de outros colegas. ▪ Organização de sessões de partilha de boas práticas entre coordenadores/responsáveis de disciplinas e supervisores/docentes envolvidos em práticas de intervenção. ▪ Organização de sessões de partilha de boas práticas entre todos os docentes.	▪ Implementar em cada departamento as práticas de intervenção pedagógica, incluindo formação e promoção de uma cultura de abertura da sala de aula, numa perspetiva de trabalho colaborativo e melhoria da profissionalidade docente, assegurando que até ao final da vigência do PE todos os docentes realizam pelo menos uma atividade de intervenção.
7. Estimular o pensamento crítico e criativo dos alunos e a sua expressão individual e coletiva. 8. Promover as competências científicas, técnicas, tecnológicas e experimentais dos alunos. 9. Estimular o raciocínio e a resolução de problemas.	▪ Desenvolvimento de iniciativas que visem a expressão do pensamento crítico e criativo dos alunos. ▪ Adoção de metodologias ativas e cooperativas de aprendizagem e a diversificação de estratégias. ▪ Associação dos conteúdos de cada área do saber a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno ou presentes no seu meio sociocultural e geográfico, recorrendo a materiais e recursos diversificados. ▪ Criação de condições para a prática das atividades experimentais, particularmente na área das ciências, em todos os ciclos de ensino. ▪ Desenvolvimento de iniciativas que visem a excelência no plano científico, técnico ou tecnológico.	▪ Proporcionar, em todas as disciplinas e níveis de ensino, atividades que permitam a todos os alunos a expressão e o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo. ▪ Organizar anualmente, em cada escola do agrupamento, pelo menos uma exposição de trabalhos de alunos que evidenciem as suas competências científicas, criativas, técnicas e tecnológicas. ▪ Realizar pelo menos duas iniciativas anuais, por escola ou ciclo, de promoção da cultura científica e tecnológica (workshops, feiras, concursos, clubes, visitas de estudo ou projetos), envolvendo alunos e parceiros



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	- Desenvolvimento, em sala de aula, de atividades de aprendizagem autorregulada, baseadas em diferentes metodologias. - Generalização das condições para o desdobramento dos horários de modo a facilitar a prática de atividades experimentais e criativas. - Criação de espaços e tempos para que os alunos intervenham livre e responsavelmente.	externos, durante o período de vigência do Projeto Educativo. Promover a integração de metodologias de aprendizagem baseadas em problemas, desafios ou investigação em pelo menos 60% das disciplinas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, até ao final do segundo ano de implementação do Projeto Educativo.
10. Promover a literacia digital, mediática e crítica.	- Promoção das capacidades de seleção, análise crítica, produção e divulgação de conteúdos, experiências e conhecimento em múltiplos formatos digitais, adequados a diferentes públicos e contextos. - Organização de atividades de ensino e aprendizagem que promovam a utilização crítica de fontes de informação diversificadas, incluindo ambientes digitais, redes sociais, plataformas de inteligência artificial e outras tecnologias da informação e comunicação. - Realização de sessões de literacia da informação, das notícias, científica, artística, tecnológica e mediática, desenvolvendo competências de verificação de fontes, interpretação de dados e compreensão do funcionamento dos media. - Explicitação clara dos objetivos de aprendizagem, critérios de avaliação, processos e conteúdos, numa perspetiva centrada no aluno, favorecendo a compreensão do percurso de aprendizagem. - Organização regular de sessões e oficinas de literacia digital crítica, abordando temas como desinformação, funcionamento dos	- Garantir que, até ao final do período de vigência do Projeto Educativo, 100% das turmas desenvolvem pelo menos uma atividade anual dedicada à literacia digital, mediática e crítica (análise de informação, verificação de fontes, desinformação ou cidadania digital). - Assegurar que, até ao final do período de vigência do Projeto Educativo, todas as turmas realizam pelo menos um trabalho de projeto ou atividade interdisciplinar por ano que envolva pesquisa, análise e comunicação de informação em formatos digitais. - Desenvolver competências básicas de avaliação crítica de fontes digitais em pelo menos 70% dos alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário, até ao final do segundo ano, avaliadas através



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	algoritmos, privacidade, segurança digital e uso ético da tecnologia. ▪ Promoção de práticas educativas que desenvolvam responsabilidade, ética e participação consciente nos ambientes digitais, incluindo o respeito pelos direitos de autor, pela privacidade e pelo uso responsável das tecnologias. ▪ Introdução progressiva de atividades que permitam aos alunos compreender como funcionam os algoritmos, os sistemas de recomendação e a inteligência artificial, incluindo as suas potencialidades, limitações e riscos (viés, desinformação, manipulação). ▪ Incentivo à produção colaborativa de conteúdos digitais, como podcasts, vídeos educativos, blogs, infografias ou projetos multimédia, promovendo a comunicação científica e cultural. ▪ Integração sistemática de práticas de <i>fact-checking</i>, análise de fontes, comparação de perspetivas e interpretação crítica de dados. ▪ Integração das competências de literacia digital crítica nos processos de avaliação das aprendizagens, valorizando a capacidade de análise, produção e utilização responsável da informação digital.	de atividades ou instrumentos definidos pelo docente. ▪ Assegurar que todas as salas da educação pré-escolar disponham de material informático em funcionamento.
11. Promover a interdisciplinaridade, a articulação curricular e a flexibilidade na gestão do currículo.	▪ Reforço do trabalho de articulação vertical e horizontal. ▪ Reforço do trabalho colaborativo entre docentes, com a promoção da partilha de experiências e de entreajuda como atitudes favoráveis à aprendizagem. ▪ Reforço dos compromissos ao nível do Departamento que visem a generalização de práticas de diferenciação pedagógica, com vista a dar resposta a todos os alunos.	▪ Melhorar os resultados escolares dos alunos em alinhamento com as metas definidas no Plano de Ação TEIP 2024-2027. ▪ Promover, pelo menos, uma ação de formação anual sobre diferenciação pedagógica.



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	▪ Criação e/ou adaptação de recursos para o apoio e acesso ao currículo. ▪ Capacitação dos docentes para implementação de uma pedagogia diferenciada e de suporte e utilização de recursos adaptados. ▪ Revisão do Plano de Articulação Curricular do Agrupamento que contemple as várias estruturas de orientação educativa, nomeadamente entre ciclos, por disciplinas, no conselho de turma, e ao nível do Plano Anual de Atividades, etc.	▪ Rever o Plano de Articulação Curricular do Agrupamento.
12. Promover estratégias e recursos pedagógicos diversificados que potenciem a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e respondam adequadamente ao perfil e necessidades dos alunos.	▪ Criação de condições técnicas e reforço das competências na área das tecnologias da informação dos docentes, para a utilização das TIC, em todas as escolas do Agrupamento. ▪ Operacionalização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola. ▪ Promoção da troca de experiências e de boas práticas que respondam à diversidade dos perfis e das necessidades dos alunos.	▪ Realizar, pelo menos, uma ação de formação por ano letivo, cuja temática verse a integração das TIC na prática profissional. ▪ Promover a utilização de recursos educativos em formato digital, mediante a realização de, pelo menos, uma ação de formação por ano sobre recursos digitais na educação. ▪ Rever o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola. ▪ Promover pelo menos uma reunião de departamento por ano sobre troca de experiências e de boas práticas.
13. Diversificar e reforçar as estratégias de avaliação para assegurar a integridade, a autenticidade e a validade das aprendizagens no contexto da utilização crescente de ferramentas de inteligência artificial generativa.	▪ Promoção da utilização de diferentes modalidades de avaliação, combinando provas escritas, apresentações orais, trabalhos práticos, projetos, portefólios, debates, relatórios de investigação e tarefas realizadas em contexto de aula. ▪ Reforço da avaliação centrada no processo de aprendizagem, acompanhando as diferentes etapas do trabalho do aluno (planeamento, recolha de informação, elaboração, revisão e reflexão final).	▪ Definir e aprovar, em conselho pedagógico, orientações para a utilização pedagógica e ética da inteligência artificial nas atividades de avaliação, até ao final do primeiro ano de implementação do Projeto Educativo. ▪ Assegurar que, até ao final do segundo ano de implementação do Projeto Educativo, pelo menos 70% das disciplinas do 2.º e 3.º ciclos do



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	▪ Realização de atividades avaliativas em contexto de sala de aula que permitam observar diretamente o desempenho dos alunos e validar as aprendizagens. ▪ Desenvolvimento de tarefas de avaliação que impliquem análise crítica, resolução de problemas, tomada de decisão e aplicação de conhecimentos a situações concretas, reduzindo a possibilidade de substituição do trabalho do aluno por conteúdos gerados automaticamente. ▪ Integração de atividades em que os alunos sejam avaliados na sua capacidade de utilizar ferramentas de IA de forma crítica, ética e transparente, explicando como foram utilizadas no processo de aprendizagem. ▪ Definição e comunicação clara de orientações sobre o uso permitido, limitado ou proibido de ferramentas de IA nas diferentes tarefas de avaliação. ▪ Promoção de práticas de autoavaliação, reflexão e explicitação do processo de aprendizagem, incentivando os alunos a justificar escolhas, estratégias e fontes utilizadas. ▪ Promoção de iniciativas de formação que apoiem os professores na conceção de tarefas de avaliação adequadas ao contexto da inteligência artificial generativa.	ensino básico e do ensino secundário integram tarefas de avaliação autêntica (apresentações orais, defesas de trabalhos, projetos, portefólios, atividades práticas ou outras), complementando os instrumentos tradicionais de avaliação. ▪ Promover uma ACD para professores sobre conceção de tarefas de avaliação adequadas ao contexto da inteligência artificial generativa.



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
14. Reforçar a comunicação e o acompanhamento das aprendizagens junto dos alunos e encarregados de educação.	▪ Promoção de uma comunicação regular, clara e acessível entre escola e famílias: ○ Uniformização de procedimentos de comunicação entre ciclos e estabelecimentos. ○ Reforço da utilização das plataformas institucionais para partilha de informação pedagógica. ○ Garantia de utilização de linguagem clara e adequada aos diferentes contextos socioculturais das famílias. ○ Diversificação dos canais de comunicação (digital, presencial e telefónico). ▪ Melhoria do acompanhamento pedagógico e da monitorização das aprendizagens: ○ Implementação de mecanismos de monitorização contínua do progresso dos alunos. ○ Reforço de práticas de feedback formativo e de autorregulação das aprendizagens. ○ Desenvolvimento de estratégias de sinalização precoce de dificuldades. ○ Promoção de planos de acompanhamento individualizados sempre que necessário. ▪ Aumento do envolvimento dos encarregados de educação no percurso escolar: ○ Incentivo à participação ativa das famílias no acompanhamento das aprendizagens. ○ Desenvolvimento de ações de capacitação parental nas áreas da avaliação, literacia digital e apoio ao estudo. ○ Valorização de momentos de proximidade entre escola e família. ▪ Reforço da articulação educativa entre os diferentes ciclos de ensino:	▪ Garantir que 100% das turmas utilizam regularmente a plataforma institucional de comunicação. ▪ Realizar, pelo menos, 3 momentos formais de <i>feedback</i> aos encarregados de educação por ano letivo. ▪ Aumentar em 10% a participação dos encarregados de educação nas reuniões de turma. ▪ Assegurar a identificação e a definição de medidas de acompanhamento adequadas para os alunos com dificuldades sinalizadas, sempre que possível e de acordo com os recursos disponíveis.



D1 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	○ Garantia de continuidade da informação pedagógica entre níveis de ensino. ○ Melhoria dos processos de transição entre ciclos. ○ Harmonização de práticas de acompanhamento e comunicação. ▪ Potenciação da utilização pedagógica das tecnologias digitais: ○ Utilização de plataformas digitais para monitorização e comunicação em tempo útil. ○ Promoção de competências digitais em alunos, docentes e encarregados de educação. ○ Facilitação do acesso a recursos educativos e informação escola.	
15. Desenvolver estratégias para promover a consciência e domínio do corpo.	▪ Promoção da participação regular dos alunos em atividades de expressão corporal, atividade física e desporto. ▪ Reforço da prática de atividade física para além das aulas de Educação Física, nomeadamente no âmbito do Desporto Escolar. ▪ Valorização do recreio e dos espaços escolares como espaços de movimento.	Aumentar em 20% a participação dos alunos em atividades físicas, desportivas ou de movimento promovidas pelo Agrupamento. Implementar pelo menos três iniciativas por ano de promoção da atividade física e do movimento nos recreios e tempos não letivos.

Meios de verificação

- Resultados escolares dos alunos.
- Resultados da avaliação interna e externa do Agrupamento.
- Relatório de avaliação do Plano Anual de Atividades.
- Relatórios TEIP.

**DIMENSÃO SOCIAL, CULTURAL E DE CIDADANIA****Objetivo Geral:** Promover o desenvolvimento pessoal dos alunos em várias dimensões (emocional, ética, estética, cultural, social, ecológica).

D2 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
1. Promover a participação cívica e responsável dos alunos na organização e funcionamento das estruturas e atividades da escola.	▪ Promoção do espírito associativo dos alunos, revitalizando e alargando a área de atuação da associação de estudantes. ▪ Promoção do envolvimento dos alunos em atividades de voluntariado. ▪ Envolvimento dos alunos no Clube Ubuntu. ▪ Concretização das atividades previstas na Ação Pólis (PA TEIP). ▪ Revitalização da assembleia de delegados de turma. ▪ Promoção da participação cívica dos alunos. ▪ Operacionalização da componente de currículo Cidadania e Desenvolvimento, domínio “Democracia e Instituições Políticas”. ▪ Envolvimento dos alunos nas atividades de acolhimento e integração dos novos alunos. ▪ Dinamização de atividades no âmbito do Projeto Instagram +Sem Limites.	▪ Promover a elaboração de um Plano de Atividades abrangente e de acordo com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória. ▪ Reunir, pelo menos uma vez por semestre, a assembleia de delegados de turma. ▪ Assegurar o cumprimento das metas definidas para a Ação Estratégica Pólis, promovendo a redução das taxas de retenção, absentismo e indisciplina. ▪ Integrar os alunos no planeamento, operacionalização, realização e avaliação de atividades cívicas, culturais, físicas e desportivas, apoiando a dinamização de, pelo menos, uma iniciativa da assembleia de delegados de turma ou da associação de estudantes por ano letivo. ▪ Dinamizar a organização e aplicação do Orçamento Participativo das Escolas.
2. Desenvolver a sensibilidade estética e artística dos alunos.	▪ Dinamização de atividades curriculares e/ou extracurriculares que favoreçam processos de experimentação, de interpretação e de fruição de diferentes realidades culturais, e a expressão estética e artística individual e coletiva dos alunos:	▪ Reforçar/reabilitar em cada escola do Agrupamento, o(s) meio(s) de expressão estética e artística individual e/ou coletiva dos alunos.



D2 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	– Rádio, Jornal, Fotografia e TV escolar, Plano Nacional de Cinema, Musicalidades, etc. – Visitas de estudo a museus, galerias de arte, exposições, etc. – Palestras com artistas ou agentes culturais.	▪ Organizar, pelo menos, uma atividade por semestre e por escola.
3. Promover atitudes de respeito e valorização do meio físico e cultural no quadro de uma cidadania global e sustentável.	▪ Organização de palestras, encontros, reuniões de sensibilização para questões de cidadania, sempre que possível, com a participação de especialistas na área em questão. ▪ Promoção na sala de aula e fora dela de atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões fundamentadas. ▪ Participação em projetos e iniciativas ligadas ao exercício da cidadania (Escola Azul, Eco-Escolas. Parlamento Jovem, Assembleia Municipal Jovem, Escola Embaixadora do Parlamento Europeu, etc.) ▪ Promoção de projetos de intercâmbio com escolas/alunos de outras culturas/comunidades (por exemplo no âmbito do <i>Erasmus+</i>). ▪ Estimulação da participação dos alunos em atividades físicas de exploração da natureza e de proteção do ambiente, aproveitando o seu potencial para a promoção de valores ambientais, de proteção e de preservação do Património Natural (por exemplo, Passeios Pedestres). ▪ Operacionalização da componente de currículo Cidadania e Desenvolvimento, dimensões “Direitos Humanos”, “Pluralismo e Diversidade Cultural” e “Desenvolvimento Sustentável”.	▪ Organizar, pelo menos, uma atividade anual por ciclo de ensino. ▪ Organizar e dinamizar pelo menos uma atividade por ano de exploração da natureza. ▪ Produzir orientações curriculares para a componente de currículo Cidadania e Desenvolvimento que traduzam a visão e a missão deste Projeto Educativo.
4. Prevenir a indisciplina, a insegurança e a violência, promovendo um clima escolar seguro e inclusivo.	▪ Promoção de aulas centradas no aluno. ▪ Reorganização do espaço de sala de aula em função das metodologias adotadas e do perfil dos alunos.	▪ Reduzir o número de ocorrências disciplinares, em alinhamento com as metas definidas no Plano de Ação TEIP 2024-2027.



D2 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	▪ Formação de professores e pessoal não docente na área das relações interpessoais, Educação Relacional e da gestão de conflitos. ▪ Reforço da cultura de interação pedagógica ao nível do grupo de recrutamento/conselho de turma com o objetivo de partilha e utilização de diferentes estratégias para superar situações de indisciplina. ▪ Ação estratégica GAA (Tutoria, Mentorias, PES, Animação Sociocultural, Ação Social, Serviços de Psicologia e Orientação). ▪ Concretização de atividades no âmbito do Programa Municipal de Educação Relacional, nomeadamente – Plano de ação da Equipa de Ed. Relacional/Turmas relacionais. ▪ Articulação dos programas ADN Socioemocional/Raíces, Academia de Líderes Ubuntu e Educação Relacional. ▪ Dinamização de Projetos no âmbito do desenvolvimento das Competências Pessoais e Sociais. ▪ Desenvolvimento de ações junto dos EE (ações formais e não formais) em parceria com as Associações de Pais. ▪ Promoção de estratégias fomentadoras de disciplina, respeito e regras de conduta.	▪ Organizar, pelo menos uma vez por ano, uma ação de formação na área de gestão de conflitos, destinada a docentes e/ou não docentes. ▪ Organizar, pelo menos uma vez por ano, uma ação com os EE. ▪ Reduzir o absentismo, manter o nível zero de abandono escolar em alinhamento com as metas definidas no Plano de Ação TEIP 2024-2027. ▪ Garantir a avaliação e acompanhamento dos alunos em alinhamento com as metas definidas no Plano de Ação TEIP 2024-2027. ▪ Promover o envolvimento da Comunidade de acordo com as metas definidas no Plano de Ação TEIP 2024-2027.
5. Promover a coesão, o sentido de pertença/identidade e o respeito pela instituição escolar e por todos os membros da comunidade educativa.	▪ Divulgação do Projeto Educativo, do Regulamento Interno e do Estatuto do Aluno e Ética Escolar através de: – Direção do Agrupamento, coordenadores de diretores de turma, direção de turma, reuniões de encarregados de educação, plataforma <i>Moodle</i> e página <i>web</i> do Agrupamento. ▪ Disponibilização dos documentos estruturantes do Agrupamento a toda a comunidade educativa, em locais de fácil acesso: PBX,	▪ Organizar uma reunião da direção com os novos alunos e respetivos encarregados de educação (1.º, 5.º, 7.º e 10.º anos). ▪ Organizar uma reunião da Direção por semestre com o pessoal não docente.



D2 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	sala de convívio dos alunos, portaria, página <i>web</i> do Agrupamento, etc. Organização de atividades que envolvam a participação de toda a comunidade educativa: concursos, exposições, atividades lúdicas, atividades físicas e desportivas, etc.	- Organizar, pelo menos, duas atividades conjuntas por ano que envolvam todas as escolas do agrupamento. - Aumentar a taxa de participação das famílias de acordo com as Metas definidas na ação do PA TEIP – Partilhar.
6. Promover hábitos de vida saudável.	- Desenvolver a capacidade de compreender o corpo como um sistema integrado e de o utilizar de forma ajustada aos diferentes contextos. - Reforço dos programas Educação para a Saúde (PES) e Desporto Escolar. - Promoção de hábitos de vida saudável, mediante a dinamização de diferentes projetos (por exemplo, no âmbito do Projeto Eco-Escolas). - Organização de sessões para prevenção de comportamentos de risco. - Promoção da prática de atividades físicas e desportivas. - Operacionalização da componente de currículo Cidadania e Desenvolvimento – dimensões “Desenvolvimento Sustentável”, Saúde” e “Risco e Segurança Rodoviária”.	- Mobilizar mais de 50% dos docentes para o cumprimento do Programa Educação para a Saúde. - Realizar pelo menos uma atividade por escola sobre hábitos de vida saudável. - Realizar pelo menos uma sessão por ano que verse a prevenção de comportamentos de risco, dirigida a alunos, pais, pessoal docente e não docente. - Realizar, pelo menos, dois eventos desportivos por ano abertos a toda a comunidade educativa.
7. Promover ações que preparem a comunidade escolar para reagir em situações de emergência.	- Operacionalização da componente de currículo Cidadania e Desenvolvimento – dimensão “Risco e Segurança Rodoviária”. - Organização de simulacros de situações de emergência. - Organização de sessões de formação em suporte básico de vida (ensino dos 3 C), mediante protocolo com a Câmara Municipal de Sintra e o Hospital Fernando da Fonseca.	- Realizar, pelo menos, um simulacro por ano, envolvendo toda a comunidade escolar. - Proporcionar a todos os alunos do 9.º ano e do ensino secundário formação em suporte básico de vida.



D2 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
8. Estimular o desenvolvimento das competências emocionais, relacionais e sociais dos alunos.	▪ Participação em projetos/programas que promovam competências emocionais e sociais dos alunos. ▪ Articulação entre os vários serviços e iniciativas de apoio educativo.	▪ Incluir no PAA pelo menos 10 atividades por ciclo que incluam nos seus objetivos o desenvolvimento das competências emocionais e sociais dos alunos. ▪ Promover pelo menos uma atividade estratégica para o desenvolvimento das competências socioemocionais.
9. Reforçar o envolvimento e a corresponsabilização dos encarregados de educação no percurso escolar dos alunos.	▪ Reforço da participação ativa dos encarregados de educação na vida escolar ○ Criação de oportunidades regulares de participação das famílias nas atividades do agrupamento. ○ Valorização do papel dos encarregados de educação enquanto parceiros educativos. ○ Incentivo à presença das famílias em reuniões, projetos e iniciativas escolares. ▪ Promoção da corresponsabilização educativa entre escola e família ○ Clarificação de responsabilidades partilhadas no acompanhamento do percurso escolar dos alunos. ○ Desenvolvimento de estratégias de cooperação entre diretores de turma, docentes e encarregados de educação. ○ Consolidação de práticas de compromisso conjunto relativamente às aprendizagens, comportamento e assiduidade. ▪ Melhoria da comunicação e da relação de proximidade entre escola e famílias ○ Reforço de mecanismos de comunicação regular, transparente e acessível. ○ Diversificação dos canais de contacto entre escola e encarregados de educação.	▪ Aumentar em 10% a participação dos encarregados de educação nas reuniões de turma. ▪ Garantir a realização de uma ação de sensibilização parental por ciclo de ensino. ▪ Consolidar práticas regulares de colaboração entre famílias e diretores de turma. ▪ Aumentar em 10% os índices de satisfação das famílias relativamente ao acompanhamento escolar.



D2 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	○ Promoção de uma cultura de confiança, diálogo e colaboração. ▪ Desenvolvimento de competências parentais de acompanhamento escolar ○ Dinamização de ações de sensibilização e formação parental. ○ Promoção da literacia digital e educativa das famílias. ○ Disponibilização de recursos de apoio ao acompanhamento das aprendizagens e métodos de estudo. ▪ Valorização da participação das famílias na construção da comunidade educativa ○ Envolvimento dos encarregados de educação em projetos, atividades e estruturas de participação escolar. ○ Promoção de iniciativas de articulação entre escola, família e comunidade. ○ Reconhecimento das boas práticas de participação parental.	
10. Promover ações que reforcem a consciência e a segurança rodoviárias.	▪ Sensibilização para a segurança rodoviária. ▪ Promoção de comportamentos responsáveis enquanto peões, ciclistas e utilizadores de veículos, com especial atenção aos riscos associados à velocidade, distração, utilização de dispositivos móveis, álcool e outras substâncias. ▪ Reforço da mobilidade segura e sustentável, através da promoção de práticas de deslocação a pé, de bicicleta e em transportes públicos, articuladas com princípios de segurança rodoviária e sustentabilidade ambiental. ▪ Integração da segurança rodoviária nas práticas educativas, promovendo a sua abordagem transversal em diferentes áreas curriculares e, em particular, no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento.	▪ Assegurar que 100% das turmas participam, durante a vigência do Projeto Educativo, em pelo menos uma atividade de educação e prevenção rodoviária. ▪ Articular com a comunidade e entidades externas o desenvolvimento de pelo menos duas iniciativas anuais ligadas à prevenção e segurança rodoviárias.



Meios de verificação

- Resultados da avaliação interna e externa do Agrupamento.
- Relatório de avaliação do Plano Anual de Atividades.
- Relatórios TEIP.

DIMENSÃO ORGANIZACIONAL

Objetivo Geral: Contribuir para a melhoria consistente e contínua da prestação do serviço educativo.

D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
1. Desenvolver uma cultura de liderança mobilizadora dos recursos e das estratégias necessárias à concretização do Projeto Educativo.	▪ Desenvolvimento de uma cultura colaborativa e de comprometimento com a missão do Agrupamento, de tolerância e de respeito pela diferença, que permita que todos os agentes se sintam envolvidos e corresponsabilizados. ▪ Promoção dos princípios de equidade e de justiça na gestão dos recursos humanos, nomeadamente na distribuição de serviço docente e não docente, e dos recursos financeiros. ▪ Dinamização de grupos de trabalho transversais, cujos elementos sejam representativos dos diferentes departamentos ciclos/níveis de ensino.	▪ Realizar atividades no Agrupamento (comemoração de datas significativas, eventos culturais, recreativos, desportivos, etc.) que aumentem em 10% a participação da comunidade educativa. ▪ Promover a visibilidade das lideranças nas diferentes escolas do Agrupamento, descentralizando, num sistema rotativo, os locais de reunião das estruturas de gestão da escola.



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	▪ Valorização das lideranças intermédias para exercerem as suas competências com autonomia e responsabilidade, em coerência com as orientações estruturantes. ▪ Promoção da participação dos alunos de forma livre, responsável, ativa e diversificada na vida do Agrupamento, elegendo os seus representantes e dando contributos sobre assuntos do seu interesse, assumindo responsabilidades de monitores em projetos, participando em projetos de âmbito internacional, nacional e local (da comunidade/da escola) – projetos que trabalham valores associados ao exercício da cidadania ativa e responsável, constituem uma mais-valia para a consecução das competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e para a concretização do Projeto Educativo e dinamizando atividades através da associação de estudantes.	▪ Garantir que os contributos das lideranças intermédias têm impacto direto nos pareceres e decisões do Conselho Pedagógico e no alinhamento estratégico da ação do diretor. ▪ Promover a dinamização anual do Orçamento Participativo Jovem.
2. Promover e apoiar a atualização científica, pedagógica e digital dos professores.	▪ Promoção de uma prática reflexiva e de partilha sistemática, com vista à análise das práticas educativas e pedagógicas. ▪ Consolidação do Plano de Formação do Agrupamento enquanto instrumento de resposta às necessidades formativas dos docentes e não docentes. ▪ Organização de formação interna, de modo a introduzir uma cultura de comprometimento com o serviço e as equipas de trabalho e em resposta às necessidades formativas dos docentes. ▪ Promoção da formação de professores numa perspetiva global, no âmbito do processo de internacionalização do agrupamento e mediante o GAPE-Gabinete de Projetos Europeus.	▪ Realizar, pelo menos, uma atividade formativa por departamento e por ano letivo e que promova a articulação vertical. ▪ Organizar, em articulação com o Centro de Formação, pelo menos, duas ações de formação por ano de acordo com o plano de formação do Agrupamento, em particular nas áreas da diferenciação pedagógica, adequações curriculares, avaliação e trabalho de projeto. ▪ Organizar, anualmente, as Jornadas Pedagógicas do Agrupamento.
3. Promover o desenvolvimento sustentado de práticas inovadoras.	▪ Promoção de práticas inovadoras, mediante a divulgação dos resultados junto da comunidade docente.	▪ Organizar, pelo menos, um evento de divulgação de práticas inovadoras.



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	- Promoção de iniciativas de partilha de boas práticas no âmbito da inovação pedagógica. - Otimização dos projetos inovadores que existem no Agrupamento. - Operacionalização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola.	- Usar os canais de comunicação da escola (página <i>web</i>, email institucional, jornal escolar) para a divulgação de práticas inovadoras. - Promover a participação de alunos e docentes em projetos inovadores de relevância pedagógica (pelo menos, um projeto por ano).
4. Consolidar práticas educativas inclusivas e promotoras da equidade.	- Adequação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais. - Organização e dinamização de sessões de sensibilização, e/ou oficinas de formação dirigidas ao pessoal docente e não docente do Agrupamento.	- Garantir que todos os alunos têm igualdade de oportunidades no acesso e na frequência das diferentes ofertas educativas e formativas. - Realização de, pelo menos, 3 ações por ano letivo, para pessoal docente e não docente, cuja temática verse a inclusão de todos os alunos.
5. Promover a valorização, formação e melhoria do desempenho profissional do pessoal não docente.	- Calendarização e concretização de reuniões com o pessoal não docente. - Inclusão de ações de formação para não docentes no Plano de Formação do Agrupamento. - Realização anual de inquéritos de satisfação aos utentes. - Melhoria da articulação entre encarregados dos assistentes operacionais e os assistentes operacionais e entre a chefe dos serviços administrativos e os assistentes técnicos,	- Promover a frequência de ações de formação pelo pessoal não docente, procurando assegurar que a maioria dos assistentes técnicos e operacionais participe em pelo menos uma ação de formação por ano letivo. - Organizar pelo menos uma atividade por ano que estimule o espírito de camaradagem entre pessoal docente e não docente. - Realizar uma reunião por período entre a Direção e o pessoal não docente (assistentes técnicos e assistentes operacionais). - Realizar pelo menos quatro reuniões entre os encarregados dos assistentes operacionais e



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
		os assistentes operacionais e entre a chefe dos serviços administrativos e os assistentes técnicos, de modo a monitorizar os serviços e a resolver problemas em tempo útil.
6. Gerir de forma eficiente, sustentável e segura os recursos físicos, materiais e tecnológicos.	▪ Diagnóstico das condições de funcionamento/manutenção das instalações, dos equipamentos e dos materiais existentes nas salas de aula e noutros espaços, a fim de poder corrigir atempadamente os constrangimentos verificados. ▪ Mobilização de entidades locais/comunidade local, no sentido de colaborar na requalificação dos equipamentos e dos espaços do Agrupamento. ▪ Sensibilização das entidades competentes para a necessidade urgente de requalificar equipamentos e espaços. ▪ Participação em concursos/atividades nacionais/internacionais de dimensão pedagógica que possibilitem a aquisição de equipamentos. ▪ Candidatura(s) a financiamento para projetos de acessibilidade, apresentada(s) a entidade(s)/instituições (fundações, entidades bancárias, autarquia, etc.). ▪ Mobilização dos serviços competentes no sentido de assegurar as intervenções necessárias nos espaços e equipamentos escolares.	▪ Assegurar intervenções nos espaços e equipamentos, de acordo com os recursos disponíveis, em colaboração com as entidades responsáveis. ▪ Elaborar um plano prioritário de identificação, sinalização e mitigação de riscos físicos estruturais (arestas vivas, esquinas de muros expostas em zonas de jogo e falhas recorrentes de iluminação elétrica nos postes exteriores) em articulação direta com as autarquias.
7. Consolidar os mecanismos de monitorização, avaliação e autorregulação do agrupamento.	▪ Reforço dos processos de recolha, tratamento e análise de dados relativos aos resultados escolares internos e externos, à indisciplina e à assiduidade dos alunos. ▪ Monitorização sistemática da implementação e do impacto das medidas previstas no Projeto Educativo, Plano Anual de Atividades e restantes documentos estruturantes.	▪ Assegurar a monitorização anual do grau de concretização dos objetivos e das metas do Projeto Educativo. ▪ Garantir que os resultados dos processos de autoavaliação são apresentados e analisados nos órgãos e estruturas de coordenação pedagógica, pelo menos uma vez por ano.



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	▪ Promoção de uma cultura de autoavaliação participada, envolvendo docentes, não docentes, alunos, pais e encarregados de educação. ▪ Diversificação dos instrumentos de avaliação organizacional, de forma a obter informação fiável e relevante para a tomada de decisão. ▪ Divulgação regular dos resultados dos processos de monitorização e autoavaliação junto da comunidade educativa. ▪ Utilização dos resultados da avaliação interna para fundamentar planos de melhoria e decisões estratégicas do agrupamento. ▪ Articulação entre os processos de autoavaliação interna e as recomendações decorrentes da avaliação externa: ○ Desenvolvimento de mecanismos digitais que facilitem a recolha, organização e análise de informação relevante para a gestão do agrupamento. ○ Monitorização do grau de concretização das ações de melhoria definidas, assegurando a sua revisão periódica.	▪ Assegurar que 100% das ações de melhoria definidas dispõem de indicadores de monitorização e avaliação. ▪ Monitorizar anualmente o grau de execução e o impacto das ações de melhoria decorrentes dos resultados da autoavaliação do agrupamento. ▪ Garantir que os resultados da monitorização e da autoavaliação sustentam a definição de ações de melhoria em todas as áreas identificadas como prioritárias. ▪ Aumentar em 10% a taxa de participação dos diferentes intervenientes da comunidade educativa nos processos de auscultação. ▪ Produzir no início de cada ano letivo, um relatório de caracterização da população escolar do agrupamento. ▪ Produzir, semestralmente, um relatório de análise dos resultados internos, incluindo valores médios e insucesso por ano de escolaridade, turma e disciplina, bem como indicadores relativos à indisciplina. ▪ Produzir, anualmente, um relatório de análise dos Cursos Profissionais, incluindo resultados internos, formação em contexto de trabalho e prova de aptidão profissional. ▪ Analisar anualmente, nos órgãos e estruturas de coordenação pedagógica, os resultados



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
		externos e os indicadores de prosseguimento de estudos dos alunos.
8. Consolidar a articulação com a comunidade educativa e os parceiros locais, regionais e internacionais, reforçando dinâmicas de cooperação, participação e corresponsabilização.	▪ Promoção da participação da comunidade educativa na vida do Agrupamento. ▪ Organização de atividades abertas a toda a comunidade educativa. ▪ Mobilização dos pais/encarregados de educação para a resolução de problemas mediante o reforço dos canais de comunicação escola/família. ▪ Valorização do papel do Diretor de Turma/ Educador/Professor Titular de turma como elemento de ligação escola-família. ▪ Implementação de atividades propostas e dinamizadas pelos pais/encarregados de educação. ▪ Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação integrada que projete a identidade do Agrupamento na comunidade educativa. ▪ Estabelecimento de novas parcerias e reforço das já existentes com empresas e instituições da comunidade local e regional. ▪ Divulgação da oferta formativa/recursos formativos do Agrupamento junto da comunidade. ▪ Potenciação das oportunidades proporcionadas pelos projetos internacionais em que a escola participa, promovendo a mobilidade, a cooperação internacional e a partilha de boas práticas entre instituições educativas e organizações parceiras.	▪ Recencionar novos alunos e providenciar visitas às escolas. ▪ Organizar, pelo menos, uma atividade por ano aberta à comunidade educativa. ▪ Envolver as Associações de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento na planificação de pelo menos duas sessões de informação por escola/por ano. ▪ Atualizar com regularidade a página web do Agrupamento. ▪ Disponibilizar, na página <i>web</i> do Agrupamento, toda a informação relevante para os pais: critérios de avaliação, PE, RI, PAA. ▪ Manter/estabelecer parcerias e protocolos e potenciar a sua capacidade, de modo a dar resposta a situações decorrentes da prática educativa. ▪ Realizar, em cada ano letivo, pelo menos um momento formal apresentação das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto Erasmus+.
9. Melhorar os mecanismos de comunicação interna e externa do agrupamento.	▪ Reforço da eficácia da comunicação interna: ○ Melhoria dos fluxos de circulação da informação entre estruturas de gestão, docentes, técnicos e assistentes operacionais.	▪ Garantir que 100% das escolas e estruturas do agrupamento utilizam regularmente os canais institucionais de comunicação, com pelo



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	○ Uniformização de procedimentos e canais de comunicação institucional. ○ Promoção da clareza, rapidez e acessibilidade da informação interna. ▪ Melhoria da comunicação externa e da relação com a comunidade: ○ Reforço da divulgação das atividades, projetos e resultados do agrupamento. ○ Valorização da imagem institucional do agrupamento junto da comunidade educativa e parceiros. ○ Promoção de uma comunicação transparente, regular e acessível com famílias e entidades externas. ▪ Potenciação da utilização de ferramentas digitais de comunicação: ○ Consolidação da utilização das plataformas digitais institucionais. ○ Diversificação dos meios digitais de comunicação e informação. ○ Promoção de competências digitais associadas à comunicação institucional. ▪ Reforço da articulação entre escolas, serviços e estruturas do agrupamento: ○ Melhoria da coordenação comunicacional entre os diferentes estabelecimentos de ensino. ○ Desenvolvimento de práticas colaborativas de partilha de informação. ○ Harmonização de procedimentos de comunicação entre departamentos, serviços e estruturas intermédias.	menos uma publicação ou comunicação semanal nos meios definidos. ▪ Assegurar que 95% dos conteúdos publicados nos meios digitais institucionais são atualizados no prazo máximo de 15 dias, sempre que existam atividades, informações ou eventos relevantes a divulgar. ▪ Garantir que 90% das comunicações recebidas obtêm resposta no prazo máximo de 5 dias úteis. ▪ Aplicar até ao final de vigência do PE um inquérito à comunidade educativa sobre o nível de satisfação com a comunicação institucional. ▪ Garantir que 100% das estruturas intermédias e serviços utilizam os procedimentos e modelos de comunicação interna aprovados pelo agrupamento. ▪ Aumentar em 30% o número anual de notícias, publicações ou referências públicas às atividades e projetos do agrupamento nos canais institucionais e meios de comunicação externos.



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	▪ Promoção de uma cultura organizacional participativa e colaborativa: ○ Incentivo à participação da comunidade educativa nos processos de comunicação institucional. ○ Valorização de práticas de escuta ativa e recolha de contributos. ○ Desenvolvimento de mecanismos de feedback e avaliação da comunicação.	
10. Reforçar os processos de acolhimento, integração e acompanhamento de novos profissionais.	▪ Reforço dos processos de acolhimento institucional, mediante a Ação Acompanhar: ○ Implementação de procedimentos estruturados de receção e integração de novos profissionais. ○ Disponibilização de informação clara sobre o funcionamento do agrupamento, normas e cultura organizacional. ○ Promoção de um ambiente organizacional acolhedor, colaborativo e inclusivo. ▪ Melhoria dos mecanismos de integração profissional e pedagógica: ○ Facilitação da integração dos novos profissionais nas equipas educativas e estruturas intermédias. ○ Promoção da articulação entre docentes, técnicos e assistentes operacionais. ○ Desenvolvimento de práticas de acompanhamento inicial e partilha de experiências. ▪ Reforço do acompanhamento e supervisão dos novos profissionais:	▪ Garantir o acompanhamento e integração eficaz dos novos profissionais, em alinhamento com as metas definidas na Ação Acompanhar – PA TEIP 24/27. ▪ Melhorar em 10% os níveis de satisfação dos novos profissionais relativamente ao acolhimento e integração, a partir do segundo ano de vigência do PE. ▪ Garantir que 100% dos novos profissionais dispõem de um processo formal de acolhimento e acompanhamento, incluindo pelo menos três momentos de tutoria por ano letivo. ▪ Assegurar que pelo menos 80% dos novos profissionais participam em, pelo menos, uma estrutura, equipa, projeto ou atividade do agrupamento durante os primeiros dois anos de integração. ▪ Alcançar um nível de concordância de pelo menos 85% nas respostas aos inquéritos de



D3 Objetivos estratégicos	Orientações estratégicas	Metas
	○ Implementação de mecanismos de tutoria, mentoria e apoio técnico-pedagógico. ○ Monitorização dos processos de adaptação ao contexto organizacional e pedagógico. ○ Identificação precoce de necessidades de apoio e formação. ▪ Promoção do desenvolvimento profissional e organizacional: ○ Incentivo à participação em ações de formação e dinâmicas colaborativas. ○ Valorização de práticas de aprendizagem entre pares e trabalho colaborativo. ○ Desenvolvimento de competências profissionais alinhadas com as prioridades do agrupamento. ▪ Consolidação do sentimento de pertença e valorização profissional: ○ Promoção da integração dos novos profissionais na cultura e identidade do agrupamento. ○ Valorização do contributo individual para a melhoria organizacional e pedagógica. ○ Incentivo à participação ativa na vida do agrupamento e nos processos de decisão.	satisfação relativamente ao sentimento de pertença e identificação com o agrupamento.

Meios de verificação

- Resultados da avaliação interna e externa do Agrupamento.
- Relatório de avaliação do Plano Anual de Atividades.
- Relatórios TEIP.



VI. OPÇÕES ESTRUTURANTES DE NATUREZA CURRICULAR

As opções estruturantes de natureza curricular constituem um conjunto de orientações estratégicas que enquadram a ação educativa do agrupamento e orientam a organização do currículo, das práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. Estas opções refletem a visão do agrupamento sobre a aprendizagem, o desenvolvimento integral dos alunos e a concretização dos princípios consagrados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e nos normativos que regulam a autonomia e flexibilidade curricular.

Num contexto marcado por profundas transformações sociais, científicas e tecnológicas, o agrupamento assume o compromisso de promover uma educação inclusiva, exigente e inovadora, centrada no desenvolvimento de competências que capacitem os alunos para aprender ao longo da vida, participar de forma crítica e responsável na sociedade e responder aos desafios de um mundo em constante mudança.

As opções curriculares definidas neste Projeto Educativo e que a seguir se apresentam procuram assegurar a coerência das práticas educativas em todas as escolas do agrupamento, reforçar a qualidade das aprendizagens e promover o sucesso de todos os alunos, constituindo-se como referenciais orientadores para a ação dos docentes, das estruturas pedagógicas e dos restantes intervenientes da comunidade educativa.

1. PROMOÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DO PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

- Desenvolvimento do pensamento crítico e criativo.
- Reforço da autonomia e da capacidade de resolução de problemas.
- Valorização das competências de comunicação e colaboração.

2. INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DIGITAL

- Desenvolvimento da competência digital em todos os ciclos de ensino.
- Integração pedagógica das tecnologias digitais e da inteligência artificial.
- Promoção da cidadania digital e da literacia mediática.

3. APRENDIZAGEM INTERDISCIPLINAR

- Reforço do trabalho interdisciplinar e transdisciplinar.
- Desenvolvimento de projetos articulados entre disciplinas.
- Valorização da metodologia de trabalho de projeto.

4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- Diferenciação pedagógica como prática transversal.
- Implementação de medidas universais de suporte à aprendizagem.
- Promoção da participação e do sucesso de todos os alunos.

5. LITERACIAS FUNDAMENTAIS

- Plano integrado de promoção da leitura.
- Reforço da literacia científica.
- Desenvolvimento da literacia matemática.
- Promoção da literacia da informação e dos *media*.

6. AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

- Utilização sistemática da avaliação formativa.
- Diversificação dos instrumentos de avaliação.
- Envolvimento dos alunos em processos de autoavaliação e coavaliação.
- Desenvolvimento de práticas de *feedback* eficaz.

7. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA



- Integração transversal da Estratégia de Educação para a Cidadania.
 - Promoção da sustentabilidade ambiental.
 - Educação para os direitos humanos.
 - Educação para a saúde e bem-estar.
8. VALORIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS
- Aprendizagem baseada em projetos.
 - Aprendizagem baseada na investigação.
 - Aprendizagem cooperativa.
 - Metodologias de resolução de problemas.
9. PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO
- Intervenção precoce nas dificuldades de aprendizagem.
 - Reforço da articulação curricular vertical e horizontal.
 - Desenvolvimento de planos de recuperação e enriquecimento das aprendizagens.
10. INTERNACIONALIZAÇÃO E ABERTURA AO EXTERIOR
- Participação em projetos Erasmus+.
 - Desenvolvimento da competência plurilingue.
 - Parcerias com instituições científicas, culturais e empresariais.
11. EDUCAÇÃO STEAM
- Integração articulada das Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática.
 - Desenvolvimento da cultura científica e tecnológica.
 - Promoção da robótica e da programação.
12. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E APRENDIZAGEM
- Desenvolvimento da literacia em IA.
 - Utilização ética e responsável da IA nos processos de aprendizagem.
 - Adaptação das práticas de avaliação aos contextos de utilização da IA generativa.

VII. INSTRUMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Uma vez aprovado o Projeto Educativo, é da responsabilidade de toda a comunidade escolar definir e orientar o conjunto de ações a desenvolver entre 2026 e 2029, fundamentado nas Metas, nas Orientações Estratégicas e nos Objetivos Estratégicos nele estabelecidos.

Este Projeto Educativo assume-se como documento inconcluso, reservando sobretudo aos próximos Planos de Atividades, ao documento das Orientações Pedagógicas do Agrupamento (OPA) e ao Regulamento Interno a possibilidade de proceder a reajustamentos e reformulações.

Os referidos documentos, constituindo-se como instrumentos operacionalizadores do Projeto Educativo, devem estruturar-se de acordo com as seguintes orientações:

Estratégia de Educação para a Cidadania

A Estratégia de Educação para a Cidadania estabelece as dimensões, os temas e as aprendizagens a desenvolver em cada ciclo e ano de escolaridade no âmbito da Educação para a Cidadania; o modo de



organização do trabalho; os projetos a desenvolver pelos alunos que concretizam na comunidade as aprendizagens a desenvolver; as parcerias a estabelecer com entidades da comunidade e a avaliação das aprendizagens dos alunos.

Organização Pedagógica de Agrupamento (OPA)

Na OPA (em anexo) estão definidos os critérios gerais de atribuição do serviço docente, definição da oferta educativa, constituição de turmas, elaboração dos horários dos alunos e avaliação pedagógica, em conformidade com o Projeto Educativo.

Plano Anual de Atividades (PAA)

Deste documento, que será disponibilizado em suporte digital, devem constar as atividades propostas pela comunidade educativa, com a descrição, calendarização, dinamizadores, destinatários, local e o orçamento previsto para cada uma delas, e ainda a sua relação com os objetivos do Projeto Educativo.

Plano de Articulação Curricular (PAC)

O PAC, enquanto exercício de adequação e contextualização do currículo ao Projeto Educativo do agrupamento e às características individuais dos alunos, consiste numa apropriação contextualizada do currículo, tendo em vista a consolidação, o aprofundamento e o enriquecimento das Aprendizagens Essenciais e o desenvolvimento integral dos alunos, à luz do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital

Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital operacionaliza, no Agrupamento o Plano de Ação para a Transição Digital, nos domínios tecnológicos, organizacional e pedagógico. A partir dos dados recolhidos pela aplicação do SELFIE (Self-reflection on Effective Learning by Fostering Innovation through Educational technologies) - instrumento de autorreflexão e autoconhecimento) e dos dados do DigCompEdu, foi concebido este plano para apoiar o Agrupamento no processo de aprendizagem na era digital e promover a incorporação de tecnologias digitais no ensino, na aprendizagem e na avaliação das aprendizagens dos alunos.

Plano de Ações de Melhoria (2025/2026)

O Plano de Ações de Melhoria (PAM) constitui um instrumento estratégico de operacionalização do Projeto Educativo, orientado para a promoção da qualidade, da eficácia e da melhoria contínua do serviço educativo prestado pelo Agrupamento. A sua definição assenta na análise rigorosa de evidências e dados provenientes de diferentes processos de avaliação e monitorização da organização escolar, designadamente: do Relatório CAF Educação 2024/2025, do Relatório de Avaliação Externa da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) 2019/2020 e de documentos internos relevantes para o planeamento, monitorização e desenvolvimento das ações do Agrupamento, no âmbito do Programa TEIP.

O PAM é elaborado pela Equipa de Autoavaliação, em estreita articulação com a Direção, constituindo-se como um instrumento de planeamento, acompanhamento e avaliação que visa identificar áreas prioritárias de intervenção, definir estratégias de melhoria e promover práticas organizacionais e pedagógicas mais eficazes. A sua implementação contribui para o reforço da qualidade da organização escolar, para o desenvolvimento profissional dos seus agentes educativos e para a melhoria dos resultados e das aprendizagens dos alunos.



Enquanto processo sistemático e contínuo de melhoria organizacional, o PAM desenvolve-se em três momentos fundamentais: Planeamento das ações de melhoria (PAM Inicial, com definição dos objetivos, metas, indicadores e ações a implementar), Monitorização e avaliação intermédia (PAM Intermédio, permitindo acompanhar a execução das ações, analisar os progressos alcançados e introduzir os ajustamentos considerados necessários) e Avaliação final (PAM Final, centrado na análise das estratégias implementadas, na avaliação dos resultados obtidos e na identificação de recomendações para futuros ciclos de melhoria).

Desta forma, o PAM assume-se como um instrumento estruturante da gestão e da autoavaliação do Agrupamento, promovendo uma cultura de reflexão, responsabilização e melhoria contínua, em consonância com os princípios e objetivos definidos no Projeto Educativo.

Plano Plurianual de Melhoria (TEIP)

O Plano Plurianual de Melhoria (PPM) é um instrumento de planeamento estratégico do Agrupamento elaborado segundo um conjunto de linhas orientadoras e no âmbito do programa nacional TEIP (DGE, Linhas orientadoras, 2018).- O PPM, partindo de uma análise SWOT do Agrupamento, integra ações estratégicas com foco em áreas de intervenção prioritárias e onde se verificam maiores fragilidades.- O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho (educação inclusiva) e o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho (autonomia e flexibilidade curricular) vêm introduzir mudanças ao já definido previamente no Programa TEIP (Despacho Normativo n.º 20/2012, de 3 de outubro) e definem atualmente três eixos segundo os quais as ações se organizam:- Cultura de Escola e Lideranças Pedagógicas; Gestão Curricular e Parcerias e Comunidade.

Regulamento Interno (RI)

O RI constitui outro dos documentos que operacionaliza o Projeto Educativo, contendo as regras e procedimentos referentes à estrutura orgânica, pedagógica, administrativa e financeira da Escola, os direitos e deveres dos seus atores, as competências dos seus órgãos e estruturas de orientação educativa, as medidas educativas e procedimentos disciplinares relativos aos alunos, estabelecendo, em síntese, o regime de funcionamento do Agrupamento.

Projetos de dimensão europeia

O Gabinete de Projetos Europeus do AELC assume-se como um eixo estruturante da missão educativa do Agrupamento, materializando-se através de dois projetos de referência: o Projeto de Acreditação Erasmus+ 2022-2027 e o Projeto Escola Embaixadora do Parlamento Europeu, em desenvolvimento desde 2018. Para além do seu relevante impacto educativo e social, estes projetos contribuem para o desenvolvimento e consolidação das aprendizagens, promovem o reforço da cidadania europeia, da participação democrática e da consciência intercultural, proporcionando experiências únicas de contacto com diferentes realidades culturais, históricas e linguísticas. Assumem igualmente um papel fundamental na promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades, permitindo que alunos com contextos socioeconómicos diversos tenham acesso a experiências internacionais enriquecedoras que, de outra forma, dificilmente estariam ao seu alcance, alargando horizontes, fortalecendo competências pessoais e sociais e fomentando um sentimento de pertença a uma comunidade europeia plural e solidária.



VIII. DIVULGAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

1. DIVULGAÇÃO

A divulgação do PE é de vital importância para que toda a comunidade se aproprie do mesmo e se mobilize para o concretizar.

Esta divulgação será feita através da Direção do Agrupamento, coordenadores de estabelecimento, coordenadores de diretores de turma, direção de turma, reuniões de encarregados de educação e página *web* do Agrupamento, disponibilizando-o a toda a comunidade educativa em locais de fácil acesso.

2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O PE funciona como instrumento de trabalho que direciona estrategicamente a intervenção. A sua implementação pressupõe a criação de um dispositivo de acompanhamento, monitorização, gestão e avaliação.

Este dispositivo tem como objetivo dinamizar a execução do plano, adaptando-o às novas realidades institucionais, e implicar de maneira ativa os participantes, responsabilizando-os nas atividades a executar e nas decisões sobre a sua implementação e avaliação.

A avaliação final do PE constará de um relatório sobre o grau de concretização das metas definidas, que tenha em conta o PAM final do Plano de Ações de Melhoria (2025/2026), os resultados escolares, os relatórios do Plano Anual de Atividades, do Projeto TEIP e do GAE.

No acompanhamento e avaliação da concretização do PE dever-se-á aplicar a metodologia da avaliação formativa, através da construção de formulários disponibilizados *online*, cuja incidência se refletirá na apreciação do grau de execução dos objetivos e concretização das metas, assim como do nível de satisfação.

Os resultados da avaliação serão alvo de análise e reflexão participada no Conselho Pedagógico e no Conselho Geral, com o propósito da implementação de ações de melhoria.



Instrumentos de monitorização/avaliação (Quantitativa)	Responsáveis pela elaboração	Responsáveis pela monitorização/avaliação	Calendarização
Relatórios das atividades/projetos	Dinamizadores	Equipa de Trabalho do Plano Anual de Atividades (PAA)	De acordo com a respetiva duração
Relatórios Intermédios e Final do PAA	Equipa de Trabalho do PAA	Direção, Conselho Pedagógico, Conselho Geral	Semestral (final de cada semestre)
Relatórios da Equipa de Acompanhamento do PE	Equipa de Acompanhamento	Direção, Conselho Pedagógico	Anual (final do ano letivo)
Relatórios de diretores de turma/Professores titulares de turma/Mediadores/Coordenadores Pedagógicos	Diretores de turma/Professores de Titulares Turma/Mediadores/Coordenadores Pedagógicos	Direção Conselho Pedagógico	Anual (final do ano letivo)
Relatórios de monitorização da implementação das medidas de suporte à aprendizagem	EMAEI	Direção Conselho Pedagógico	Semestral
Avaliação das estruturas que são agregadas pelo CAA	Estruturas do CAA	Direção Conselho Pedagógico	Anual (final do ano letivo)
Relatório de Autoavaliação do Agrupamento	Equipa do Gabinete Avaliação de Escola (GAE)/Empresa Consultora	Direção, Conselho Pedagógico, Conselho Geral	Periódica (Variável de acordo com cada instrumento)
Relatórios diversos (resultados internos e externos, indisciplina, apoios e Sala de Estudo, acesso ao Ensino Superior, etc.)	Equipa do Gabinete Avaliação de Escola (GAE)/	Direção Conselho Pedagógico	Semestral e/ou anual de acordo com cada instrumento
Relatórios da Direção (contas de gerência, projeto de orçamento e autoavaliação)	Direção, Conselho Administrativo	Conselho Geral	Anual (final do ano letivo)
PAM Final	Equipa do Gabinete Avaliação de Escola (GAE)/Empresa Consultora	Direção, Conselho Pedagógico, Conselho Geral	setembro de 2026

Avaliação Quantitativa			
Indicadores	Instrumentos	Responsáveis	Calendarização
- Taxa de transição/conclusão por ano de escolaridade. - Taxa de abandono por ano de escolaridade. - Níveis de sucesso por disciplina/turma/ano. - Percentagens de absentismo. - Taxas de participação dos pais/encarregados de educação na vida da Escola. - Número de ocorrências e número de medidas de carácter disciplinar por ano de escolaridade. - Níveis de participação nas atividades/projetos.	Relatórios de Análise dos Dados Estatísticos*	Conselho Pedagógico	Semestral e/ou anual de acordo com cada instrumento

* Após a sua elaboração, os Relatórios deverão ser alvo de uma análise reflexiva nos departamentos, com vista à reformulação de estratégias.



IX. BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Rui (coord.), *Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação Guião de apoio*, Agência Nacional para a Qualificação, 2011.
- CAMÕES, Instituto da Cooperação e da Língua, *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2025-2030 (ENED 2025-2030)*, 2025.
- CAPUCHA, Luís, *Planeamento e Avaliação de Projectos*, DGIDC, 2008.
- DAMÁSIO, António, *Sentir & Saber – A caminho da Consciência*, Editora Temas e Debates, 2020.
- FELIPE, S. T., *O Conceito de Utopia na proposta Paulofreireana*. Porto Alegre: 1979.
- L'ECUYER, Catherine, *Educar na Realidade*, Lisboa, Planeta Manuscrito, 2017.
- HARGREAVES, Andy, EARL, Lorna e RYAN, Jim, *Educação para a Mudança – Reinventar a escola para os jovens adolescentes*, Porto, Porto Editora, 2001.
- LEO XIV, P.P., *Magnifica Humanitas*, Carta Encíclica, Prior Velho, Paulinas Editora, 2026.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E INOVAÇÃO, *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, 2025.
- MORIN, Edgar, *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*, Tradução de Ana Paula de Viveiros. 4.^a edição, Lisboa, Instituto Piaget, 2026.
- NÓVOA, António, *Viagem por Escolas de Portugal*, Porto, Porto Editora, 2026.
- ORDINE, Nuccio, *A utilidade do inútil*, Matosinhos, Faktoria K de Livros, 2016.
- PIRES, Graça, *O Improviso de Viver*, Lisboa, Poética Editores, 2023.
- ROLDÃO, Maria do Céu, PERALTA, Helena e MARTINS, Isabel P., *Currículo do ensino básico e do ensino secundário – Para a construção de aprendizagens essenciais baseadas no perfil dos alunos*, Lisboa, 2017.
- VALLEJO, Irene, *Manifesto pela Leitura*, Lisboa, Bertrand Editores, 2026.
- Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação.* – Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022.
- TEDESCO, Juan Carlos, *O Novo Pacto Educativo*, Fundação Manuel Leão, 1999.



Outra documentação

Carta de Missão do Diretor do AELC, 2025.

Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho - *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.*

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho - *Regime jurídico da educação inclusiva.*

Lei 116/2019, de 13 de setembro contempla nova redação do DL 54/2018.

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho - *Currículo dos ensinos básico e secundário e princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.*

Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho - *Projeto de autonomia e flexibilidade curricular.*

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho.

Estatísticas diversas (Instituto Nacional de Estatística, MISI e Gabinete de Avaliação de Escola e Infoescolas).

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro. *Lei de Bases do Sistema Educativo.*

Plano Anual de Atividades do AELC 2023-24.

Plano Anual de Atividades do AELC 2024-25.

Plano Anual de Atividades do AELC 2025-26.

Projeto de Intervenção (2013/2017) – candidatura a diretor do AELC.

Projeto de Intervenção (2020/2024) – candidatura a diretor do AELC.

Projeto de Intervenção (2025/2029) – candidatura a diretor do AELC.

Projeto Educativo do AELC 2022/2025.

Projeto Educativo Local de Sintra, 2018-2025.

Relatório da Autoavaliação do AELC (CAF Educação 2025).

Relatório da Avaliação Externa (IGEC - 2020).

Relatórios do TEIP (Plano de Ação de Melhoria 2024/2025 Relatórios Intermédios 2024-25).

Relatórios do TEIP (Plano de Ação de Melhoria 2024/2027).



X. ANEXOS

1. ANEXO A

Organização Pedagógica do Agrupamento

1. Critérios para atribuição do serviço docente

- 1.1.** A distribuição do serviço docente deve respeitar a legislação em vigor, fazendo prevalecer os legítimos interesses dos alunos e a defesa da qualidade de ensino.
- 1.2.** A atribuição do serviço docente é feita pelo órgão de gestão do Agrupamento, de acordo com o legalmente estabelecido e as recomendações do Conselho Pedagógico.
- 1.3.** Em cada ciclo/nível de ensino, deve possibilitar-se a cada professor o acompanhamento dos seus alunos ao longo dos diferentes anos de escolaridade, desde que não existam outras orientações por parte do Conselho Pedagógico ou do Diretor.
- 1.4.** Em cada grupo de docência, pode ponderar-se a criação temporária de grupos de especialização (ano de escolaridade/nível) e implementar-se a distribuição de serviço com esse critério, sempre que isso não colida com a preferência expressa no ponto anterior.
- 1.5.** Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, na distribuição dos tempos letivos diários, não se devem incluir mais do que cinco tempos de 50 minutos seguidos, nem mais do que sete tempos diários.
- 1.6.** No ensino secundário, na distribuição dos tempos letivos diários, não se devem incluir mais do que três blocos de 90 minutos seguidos, nem mais do que quatro blocos de 90 minutos interpolados.
- 1.7.** O horário de cada docente deverá incluir, preferencialmente, apenas dois níveis ou disciplinas diferentes do mesmo ano, devendo ser equilibrada a distribuição do serviço pelos vários professores do grupo de recrutamento.
- 1.8.** Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, cada nível ou disciplina deve ser lecionado, sempre que possível, por uma equipa de, pelo menos, dois professores.



- 1.9.** No 2.º ciclo do ensino básico, em cada turma, poderá privilegiar-se a atribuição ao mesmo docente de mais do que uma disciplina do currículo, exceto nas situações em que se devam considerar outras questões de natureza pedagógica.
- 1.10.** As turmas que integram alunos com adaptações curriculares significativas deverão ser atribuídas, prioritariamente, a professores com perfil adequado e experiência comprovada a nível pedagógico, mantendo, tanto quanto possível, a continuidade.
- 1.11.** Sempre que possível, não devem ser atribuídas a cada professor mais do que duas turmas dos cursos profissionais ou com percursos curriculares alternativos (PCA).
- 1.12.** As direções de turma, as coordenações pedagógicas do ensino recorrente e as mediações dos cursos de educação e formação de adultos devem ser atribuídas, prioritariamente, a professores com um perfil adequado ao cargo (experiência comprovada a nível pedagógico, capacidade de mediação, experiência na coordenação de projetos, facilidade de comunicação e de relacionamento interpessoal), mantendo, sempre que possível, a continuidade.
- 1.13.** Depois de esgotadas as características referidas no ponto anterior, a atribuição do cargo deve estar de acordo com a seguinte ordem: professores do quadro, professores contratados profissionalizados, outros professores contratados.
- 1.14.** Os Diretores de Turma deverão ser, preferencialmente, professores do quadro designados de acordo com o seu grupo disciplinar e área de docência de modo a terem condições para lecionar a mesma disciplina a todos os alunos da turma, ao longo de todo o ano letivo.
- 1.15.** As direções de turma dos cursos profissionais devem ser atribuídas, prioritariamente, a professores do quadro e de preferência a docentes que lecionem disciplinas da componente de formação técnica, de acordo com o perfil enunciado em **1.12.**
- 1.16.** Os membros do Conselho Pedagógico, do Conselho Geral e os membros da equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva e do Gabinete de Avaliação de Escola não deverão ter componente letiva atribuída nas tardes de quarta-feira, com exceção dos professores e educadores do 1.º ciclo e da educação pré-escolar. Aos professores bibliotecários não deverá ser atribuída componente letiva nas tardes de segunda-feira, de modo a garantir a sua participação nas reuniões concelhias de bibliotecas escolares. Deverão, ainda, ser assegurados tempos comuns de reunião de outras equipas pedagógicas. Em cada departamento, deverá ser equacionada, na elaboração dos horários, a possibilidade de um dos representantes de grupo de recrutamento/ciclo substituir o professor



coordenador nas reuniões dos órgãos pedagógicos realizadas às quartas-feiras à tarde.

- 1.17.** Relativamente aos 2.º e 3.º ciclos e ao ensino secundário, cada departamento terá um bloco de 100 minutos semanais comuns sem aulas, para permitir a realização de reuniões entre professores do mesmo ciclo, nível de ensino ou disciplina e a articulação entre ciclos e níveis, de acordo com a frequência prevista nos respetivos regimentos.
- 1.18.** Por conveniência de serviço ou de forma a possibilitar a realização de projetos e atividades, os horários dos professores envolvidos poderão contemplar uma manhã ou uma tarde em comum sem serviço letivo atribuído, por sugestão do Conselho Pedagógico ou do Diretor, mediante proposta fundamentada.
- 1.19.** No 1.º ciclo, os representantes de grupo de ano cumprem uma parte da componente de estabelecimento na realização de tarefas de organização e orientação pedagógica.
- 1.20.** De forma a rentabilizar o espaço das salas de estudo e a melhorar o apoio prestado aos alunos, não devem ser marcadas horas de apoio da mesma disciplina por mais do que dois professores em simultâneo.
- 1.21.** Os recursos humanos/horas de crédito atribuídos no âmbito do Programa TEIP e de outras medidas de promoção do sucesso escolar devem ser distribuídos de modo a envolver, em cada grupo de recrutamento, um número adequado de professores, garantindo um efetivo trabalho de partilha e/ou coadjuvação.

2. Critérios para seleção dos alunos

- 2.1.** Os critérios para seleção dos alunos que pretendem frequentar este Agrupamento são os regulamentados no Despacho Normativo nº 6/2018, de 12 de abril.
- 2.2.** A matrícula ou a renovação de matrícula são fatores prioritários na seleção dos alunos face aos pedidos de transferência ou mudança de curso de alunos do Agrupamento.
- 2.3.** No deferimento de um pedido de mudança de curso, deverão ser tidos em conta como critérios de admissão do aluno no novo curso, para além da existência de vaga, a análise do percurso e do desempenho escolar do mesmo. São critérios de indeferimento liminar do requerimento o facto de o aluno já ter mudado de curso e completar vinte anos até ao dia quinze de setembro do respetivo ano letivo.



- 2.4.** O aluno que pretende mudar de curso deverá ser submetido a uma entrevista com uma psicóloga do Agrupamento e com o respetivo diretor de turma (CCH)/diretor de curso (CP) ou com a adjunta do Diretor, tomando em consideração as informações do conselho de turma, designadamente, dos docentes da componente técnica/específica.

3. Critérios para constituição de turmas

- 3.1.** A constituição de turmas dos alunos do ensino diurno que ingressem pela primeira vez na Escola/Agrupamento faz-se de acordo com o determinado no Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo 16/2019, de 04 de junho.
- 3.2.** Na constituição de turmas prevalecem critérios de natureza pedagógica.
- 3.3.** Deve constituir-se uma ou duas turmas por ano de escolaridade/ciclos ou níveis de ensino em que se concentrem, sempre que possível, e respeitando a legislação em vigor, os alunos da disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM), de forma a facilitar o trabalho a realizar com estes alunos.
- 3.4.** Os alunos que optem pela frequência da disciplina de Educação Moral e Religiosa devem ser agrupados, sempre que possível, na mesma turma.
- 3.5.** Os alunos que frequentam o ensino articulado com o Conservatório de Música de Sintra devem, sempre que possível, ser agrupados na mesma turma.
- 3.6.** Na constituição de turmas, será de ter em conta a distribuição equitativa dos alunos com medidas seletivas e/ou adicionais, em todos os anos de todos os ciclos e níveis de ensino.
- 3.7.** Os alunos retidos e/ou com um número relevante de ocorrências disciplinares deverão ser distribuídos pelas turmas de forma equitativa.
- 3.8.** As turmas devem ser constituídas, preferencialmente, por um número idêntico de raparigas e de rapazes.
- 3.9.** Na constituição de turmas do 1.º ano, os grupos oriundos dos jardins de infância, caso não possam integrar a mesma turma, serão divididos de acordo com as informações dadas pelas educadoras de infância, professores de Educação Especial e, sempre que possível, de acordo com as preferências manifestadas pelos encarregados de educação.
- 3.9.1.** Quando se torne necessária a divisão por turmas distintas, não devem, no entanto, ser deixados alunos isolados numa turma.



- 3.10.** Nas turmas a constituir no 5.º ano de escolaridade, deve garantir-se a distribuição equilibrada dos alunos do 4.º ano provenientes dos quatro estabelecimentos de ensino do Agrupamento com 1.º ciclo.
- 3.11.** Com carácter excecional, na constituição das turmas do 5.º ano de escolaridade, poderá ter-se em conta a manutenção do grupo turma do ano letivo anterior, de acordo com o parecer do professor titular de turma, em articulação com o professor de Educação Especial, e ratificado pelo Conselho de Docentes do 1.º ciclo.
- 3.12.** Nos anos de continuidade, deve manter-se a turma em bloco, a não ser por opção expressa do professor titular de turma/Conselho de Turma, do professor de Educação Especial, do Gabinete de Apoio ao Aluno, ou de algum encarregado de educação, devidamente fundamentada.
- 3.13.** Sempre que possível, os irmãos integram o mesmo turno, salvo parecer contrário do professor titular de turma/diretor de turma ou do encarregado de educação.
- 3.14.** No caso de alunos matriculados nos 7.º, 10.º e 12.º anos, deve respeitar-se, sempre que possível, as escolhas opcionais dos alunos, formando as turmas de acordo com as disciplinas onde haja mais alunos inscritos e esteja garantido o número mínimo de alunos previsto no Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 16/2019, de 04 de junho.
- 3.15.** Caso seja necessária a deslocação de alunos para outras escolas do Agrupamento ou para outros agrupamentos, será tida em conta a morada dos alunos. Caso se verifique a proximidade de moradas, será deslocado o aluno com mais idade.

4. Critérios para elaboração dos horários dos alunos

- 4.1.** Os horários dos alunos devem ser elaborados de acordo com critérios de natureza pedagógica com o objetivo de possibilitar boas condições de aprendizagem.
- 4.2.** A unidade letiva (período de tempo em que decorre a atividade letiva) é de 45 ou de 90 minutos, no ensino secundário, de 60 minutos no 1.º ciclo do ensino básico e de 50 minutos nos 2.º e 3.º Ciclos do ensino básico, podendo assumir outra duração em função da carga horária semanal prevista nas matrizes curriculares e nos desdobramentos em determinadas disciplinas.



- 4.3.** As horas de início e de termo de cada um dos períodos de funcionamento das atividades letivas (manhã, tarde e noite) são, em cada ano letivo, as que constam do Plano Anual de Atividades.
- 4.4.** No 1.º ciclo, as atividades letivas funcionam no horário normal: das 09:00 às 12:00/13:00 e das 13:00/14:00 às 15:00.
 - 4.4.1.** Quando as atividades letivas são intercaladas com as atividades de enriquecimento curricular, este horário pode ocorrer entre as 13:00 e as 16:00.
- 4.5.** Nos restantes ciclos de ensino, a distribuição da carga horária semanal deve ser organizada, tanto quanto possível, dentro do respetivo turno.
- 4.6.** Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, deverá ser aplicado em todas as turmas, dentro do mesmo ciclo e nível de ensino, sempre que possível, um sistema rotativo anual de turnos manhã e tarde, com as exceções previstas na lei e das turmas (grupo de alunos) dos alunos cujo Relatório Técnico-Pedagógico apresente um perfil de funcionalidade que aponte para a necessidade de desenvolverem atividades letivas durante o período da manhã.
- 4.7.** O limite de tempo máximo admissível entre aulas de dois turnos distintos não pode ser superior a um bloco de 90 minutos ou a três tempos de 45 minutos, no ensino secundário, e a dois tempos de 50 minutos nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, exceto nos casos em que tal se revele impossível por condicionalismos de espaço.
- 4.8.** A atribuição dos tempos de disciplinas cuja carga curricular se distribui por três ou menos dias da semana não deve ocorrer em dias consecutivos.
- 4.9.** A distribuição semanal dos tempos das diferentes disciplinas de língua estrangeira deve ser intercalada com o de outras disciplinas do currículo, ou ocorrer em diferentes dias da semana.
- 4.10.** No ensino secundário, cada turma poderá ter oito segmentos de 45 minutos por dia ou, no máximo, dez segmentos, mas, neste caso, apenas em dois dias da semana.
- 4.11.** Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, cada turma poderá ter sete tempos de 50 minutos por dia ou, no máximo, oito tempos, mas, neste caso, apenas em dois dias da semana.
- 4.12.** A divisão de uma turma em dois grupos implica que seja sempre acautelada a não existência de tempos desocupados nos horários dos alunos.
- 4.13.** As aulas de cada turma, nos diferentes ciclos e níveis de ensino, devem concentrar-se, sempre que possível, numa mesma sala, exceto nas disciplinas que exigem uma sala específica.



- 4.14.** Na elaboração dos horários dos alunos, deve evitar-se que a mesma disciplina seja sempre colocada no último bloco do horário.
- 4.15.** Nas disciplinas com componente laboratorial do ensino secundário, deve-se, sempre que possível:
 - 4.15.1.** evitar que duas turmas do mesmo ano de escolaridade tenham as aulas práticas de laboratório em simultâneo, de modo a permitir a disponibilidade dos equipamentos e o acesso aos materiais/recursos necessários;
 - 4.15.2.** não marcar as aulas teóricas que integram o horário de cada turma entre as aulas práticas laboratoriais;
 - 4.15.3.** marcar as aulas práticas dos dois turnos no mesmo dia.
- 4.16.** As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se uma hora depois de findo o período definido para almoço no horário do respetivo grupo/turma.
- 4.17.** Nos cursos profissionais, sempre que possível, devem ser salvaguardadas duas aulas semanais de Educação Física de 45 minutos.
- 4.18.** Na disciplina de Educação Física dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, sempre que as condições meteorológicas não permitirem a realização da aula, os alunos, devidamente acompanhados pelo professor, devem realizar atividades numa sala de aula disponível ou, quando não existir essa possibilidade, na biblioteca escolar, na sala de estudo ou no espaço de refeitório.
- 4.19.** A oferta complementar no 9.º ano, designada como o DisMat, e as medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão devem ser atribuídos preferencialmente ao docente titular da(s) disciplina(s)/turma, de forma a permitir um trabalho dirigido às dificuldades dos alunos.
- 4.20.** A distribuição dos apoios a prestar aos alunos deve ter em conta o equilíbrio do seu horário semanal.
- 4.21.** A alteração pontual dos horários dos alunos para efeitos de substituição das aulas por ausência de docentes deve revestir-se de carácter absolutamente excecional e depende de autorização prévia do Diretor. Concedida a autorização, é obrigatória a comunicação por escrito, com a devida antecedência, da alteração do horário da turma aos encarregados de educação e a correspondente concordância.
- 4.22.** Sempre que o professor não tenha lecionado nos cursos profissionais a totalidade ou parte dos segmentos letivos previstos para um determinado dia, será a leção do tempo em falta compensada logo que possível, de preferência no



próprio dia em que a falta se registou, ou até ao 5.º dia letivo após o retorno ao serviço.

- 4.23. As compensações previstas no número anterior respeitarão ainda os limites sobre a distribuição máxima da carga horária dos alunos. A carga horária do curso será distribuída ao longo dos três anos do ciclo de formação, de modo que não exceda, em caso algum, as mil e duzentas horas por ano e as trinta e cinco horas semanais.
- 4.24. Para os efeitos previstos nos números anteriores, e sem prejuízo do que neles se estabelece, mediante autorização da direção executiva da escola e acordo prévio dos alunos, poderão as aulas ainda não compensadas ser ministradas nos dias imediatamente subsequentes ao da data prevista no calendário escolar para o término de qualquer dos períodos letivos, desde que salvaguardados os direitos de alunos e professores.

5. Medidas de apoio pedagógico e de diversificação curricular

- 5.1. As medidas de apoio pedagógico são, nos termos do Decreto-Lei 54/2018, de 06 de julho, alterado pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que visam *responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.*
- 5.2. As medidas de suporte à aprendizagem previstas no Capítulo II do Decreto-Lei 54/2018, de 06 de julho, devem integrar os instrumentos de planeamento curricular estabelecidos nos artigos 15.º da Portaria 223-A/2018, de 03 de agosto, e 17.º da Portaria 226-A/2018, de 07 de agosto, designadamente, o Plano Curricular de Turma.
- 5.3. As medidas de apoio educativo, no 1.º ciclo, devem ser aplicadas de forma flexível, tendo por objetivo apoiar o maior número de alunos na criação de métodos de estudo e garantir um acompanhamento eficaz do aluno face às primeiras dificuldades identificadas, devendo visar prioritariamente o apoio nas disciplinas de Português e de Matemática.
- 5.4. Nos restantes ciclos e níveis de ensino, as medidas de apoio ao estudo devem garantir um acompanhamento eficaz do aluno face às dificuldades detetadas e devem ser flexíveis e orientadas para a satisfação de necessidades específicas.
- 5.5. Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, deve ser garantido o acompanhamento de alunos que tenham progredido com classificação final inferior a 3 a Português ou a Matemática no ano escolar anterior.



- 5.6.** A oferta complementar prevista nas matrizes curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos é definida, em cada ano letivo, pelo Conselho Pedagógico, com base numa proposta fundamentada do Diretor, e deverá visar a melhoria das competências sociais e escolares dos alunos.
- 5.7.** A componente letiva dos docentes deverá incluir, sempre que se justifique, tempos para a coadjuvação em sala de aula, valorizando-se as experiências e as práticas colaborativas que conduzam à melhoria do ensino.
- 5.8.** Na implementação das medidas de apoio aos alunos dos cursos profissionais que não concluem o módulo/UFCD em avaliação contínua, o respetivo professor titular deve propor atividades de recuperação das competências nas quais o aluno não atingiu os objetivos. Essas atividades devem ser realizadas imediatamente após a conclusão do módulo/UFCD e, no limite, até ao final do ano letivo.
- 5.9.** No percurso escolar dos alunos dos cursos profissionais, apenas deve ser considerado módulo/UFCD em atraso quando o aluno transita de ano com um módulo/UFCD por concluir. Para proceder à recuperação dos módulos/UFCD em atraso, em cada ano letivo, é constituída uma bolsa de professores com o objetivo de apoiar os alunos com módulos/UFCD por concluir.
- 5.9.1.** No início do ano letivo são aprovados em Conselho Pedagógico os planos de acompanhamento à recuperação de módulos/UFCD em atraso definidos em cada grupo de recrutamento. Os planos de acompanhamento devem incluir a calendarização da execução dos mesmos e serem enviados aos Diretores de Turma e aos Diretores de Curso pelos respetivos professores responsáveis pela sua implementação.
- 5.9.2.** O processo de acompanhamento e de avaliação dos alunos com módulos em atraso deve ser feito ao longo da realização das atividades de recuperação previstas no respetivo plano.
- 5.9.3.** A implementação dos planos de acompanhamento é da responsabilidade do respetivo professor acompanhante.
- 5.9.4.** Após a conclusão de um módulo/UFCD em atraso, o professor acompanhante deverá comunicar imediatamente aos respetivos Diretores de Turma e Diretores de Curso, em modelo próprio, a classificação obtida pelo aluno.
- 5.10.** As medidas previstas nos números anteriores devem ser geridas com o objetivo de melhorar o sucesso escolar dos alunos e aplicadas segundo critérios de eficácia, com



recurso à componente não letiva dos docentes e ao crédito horário do Agrupamento.

6. Critérios a considerar na autorização de mudança de turno

- 6.1.** Condicionamento comprovado por relatório médico.
- 6.2.** Atletas ao abrigo do Estatuto de Alta Competição.
- 6.3.** Alunos que comprovadamente estejam empregados.
- 6.4.** Data de entrada do requerimento, acompanhado dos documentos devidos, em conformidade com os subpontos anteriores.

O presente documento mereceu o parecer positivo do Conselho Pedagógico reunido extraordinariamente, na sala A4 da Escola Secundária Leal da Câmara, em 22 e 25 de julho de 2022.



AELC: o patrono do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas Leal da Câmara constituído em 2012, com a designação de Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro, tendo como escola sede a Escola Secundária Leal da Câmara. Em 2014, por decisão do respetivo Conselho Geral, o Agrupamento escolheu manter como patrono Mestre Leal da Câmara, personalidade brilhante e multifacetada com particular importância na história local, que o Agrupamento tomará como referência comum na construção da sua identidade e como figura inspiradora na sua relação com a comunidade.

Mestre Leal da Câmara nasceu na Índia em 1876 e faleceu na Rinchôa, Rio de Mouro, em 1948. Republicano convicto, foi professor metodólogo de reconhecido mérito e dedicou-se às artes, tendo-se distinguido como caricaturista.

Melhor do que quaisquer outras, as palavras de Élvio Melim de Sousa¹⁴, ajudam-nos a ‘descobrir’ o Mestre:

«Homem independente e inconformado, tentou, em tudo o que fez, dar um contributo inovador, se bem que sempre regido dentro de padrões deontológicos e éticos inquestionáveis; tendo, afinal, concluir-se-á, pautado toda a sua conduta existencial por ideais de humanismo e de cidadania, tornando-se, também aqui, uma referência cívica incontornável no Portugal do seu tempo e, mesmo ainda, em parte, no de hoje.

Leal da Câmara não foi, portanto, apenas um artista famoso que triunfara entre nós e no estrangeiro. Ele foi, principalmente, um ‘exemplo’ para a sua geração. Desalinhado, rebelde e de elevada autonomia mental, marcou a diferença na sua época, como intelectual de penhorado mérito.

Usando magistralmente a sua arte, pondo ao serviço dela o seu génio criador e colocando ambos, por sua vez, ao dispor da sociedade, o Mestre acabou por lutar, durante toda a vida — e isso tem de lhe ser reconhecido —, por um Portugal melhor, mais fraterno, mais solidário, mais próspero, mais culto, mais instruído, mais progressista, mais desenvolvido e mais justo, em suma, mais humano. É nesse Humanismo e na sua peculiar acção cívica, pois, que se deve achar e colocar a ênfase da sua prestação de vida (Pangim, Nova Goa, Índia Portuguesa, 1876 — Rinchôa, Sintra, 1948).

Tanto em Portugal, quando colocou a sua arte ao serviço dos ideais republicanos; como, depois, em Madrid, onde frequentou os mais vanguardistas círculos artísticos e colaborou em revistas de elevado prestígio; ou como, em Paris, onde se exilou por mais de onze anos, tendo trabalhado para as mais importantes revistas e boletins, cobrindo e fixando plasticamente todos os acontecimentos mundiais que se iam registando; ou já como, muito tempo depois, e de novo no nosso país, onde concebe várias caricaturas para diversos órgãos de comunicação, captando, entretanto, e melhor do que ninguém, os Saloios na sua vivência quotidiana, Leal da Câmara, dizíamos, foi sempre exímio e magistral na execução dos seus desenhos.

Muito mais do que um homem de cultura, ou artista, ou professor, ou metodólogo, ou designer, ou jornalista, ou cartazista, ou ilustrador, ou animador cultural, ou caricaturista, ou devotado impulsor do bem-estar das gentes da Rinchôa e das Mercês, que tudo foi, Leal da Câmara foi, sobretudo, um cidadão do mundo! Aberto, íntegro, lúcido, tolerante, superior, maior.»

¹⁴ Antigo Chefe da Divisão de Museus Municipais da C. M. Sintra.



Equipa que elaborou este PE:

Bernarda Pires

Carlos Pinheiro

Cátia Marques

Jesuína Ribeiro

Lucinda Santos

Manuela Guedes